



ENERGIA

Indústria critica Aneel por não corrigir tarifa (Folha de SP) 11/12/09	3
Agência reduz preço do gás natural em SP (Folha de SP) 11/12/09	3
Pré-sal só terá votação final no ano que vem (Folha de SP) 11/12/09	4
Mercado Aberto (Folha de SP) 11/12/09	4
Lobão diz ter sido procurado por banqueiros (Folha de SP) 11/12/09.....	6
Dilma ainda não existe, só Lula, diz FHC (Folha de SP) 11/12/09.....	6
DF gastava mais em informática que SP (Folha de SP) 11/12/09	6
PIB revela retomada econômica mais lenta (Folha de SP) 11/12/09	7
Indicadores projetam alta maior do PIB no 4º trimestre (Folha de SP) 11/12/09	8
STF rejeita recurso e censura ao "Estado" continua em vigor (O Estado de SP) 11/12/09	8
PIB cresce menos que o esperado e reduz pressão por alta de juros (O Estado de SP) 11/12/09.....	9
Resultado frustra e faz equipe colocar "o pé no chão" (O Estado de SP) 11/12/09	10
Investimento sobe e vai a 17,7% do PIB (O Estado de SP) 11/12/09	11
Governo vai tentar derrubar emenda que muda pré-sal (O Estado de SP) 11/12/09	12
Justiça pode decidir royalties (O Estado de SP) 11/12/09.....	12
Dez lições para o Brasil tirar proveito no pós-crise (Valor Econômico) 11/12/09.....	13
Ações da Eletrobrás sobem 34% no mês (Valor Econômico) 11/12/09	14
Leilão vai definir futuro da geração eólica no país (Valor Econômico) 11/12/09	15
Odebrecht prepara empresas para IPOs (Valor Econômico) 11/12/09	16
Recuperação da atividade ajuda caixa estadual (Valor Econômico) 11/12/09	17
BNDES emprestará R\$ 6 bi para usinas (Valor Econômico) 11/12/09	18
Lula sugere que partido indique três nomes para vice (Valor Econômico) 11/12/09	20
Aon Corp usa Brasil como modelo mundial (Valor Econômico) 11/12/09.....	20
O futuro é verde (Valor Econômico) 11/12/09	21
Sudene destina R\$ 1,5 bi para investir em infraestrutura no Nordeste em 2010 (Valor Econômico) 11/12/09.....	24
Eletrobrás PNB fecha em alta de 4,62% (CanalEnergia) 10/12/09	25
Hidrelétrica de Mauá tem negada, pela segunda vez, autorização de construção por deputados estaduais (CanalEnergia) 10/12/09.....	26
Leilão A-5: cancelamento mostra amadurecimento da política energética, segundo Gesel (CanalEnergia) 10/12/09	26
Copel protesta junto a MME e Aneel contra regras do leilão A-1 (CanalEnergia) 10/12/09	27
Lei do Sistema Isolado entra em vigor com prorrogação da CCC (CanalEnergia) 10/12/09	27
Negociações para acordo climático continuam em Copenhague (CanalEnergia) 10/12/09	28
Lula sanciona lei que cria Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (CanalEnergia) 10/12/09	28
Leilão A-5 deverá ocorrer no primeiro semestre de 2010, diz EPE (CanalEnergia) 10/12/09	29
Tucuruí opera com 33,93% da capacidade armazenada (CanalEnergia) 10/12/09.....	29
Cemig reduz projeção de Ebtida anual para R\$ 4,1 bilhões (CanalEnergia) 10/12/09.....	29
Eletronuclear elogia campanha de Alagoas por novas nucleares (CanalEnergia) 10/12/09	30
Abdib sugere à Aneel criação de centro de estudos para transmissão (CanalEnergia) 10/12/09	30
DME Energética realiza leilão de venda de energia neste mês (CanalEnergia) 10/12/09.....	31
Ação do MPF não vai prejudicar cronograma de Angra 3, avalia Cnen (CanalEnergia) 10/12/09.....	31
Celesc PNB registra alta de 3,09% (CanalEnergia) 10/12/09	31
Cteep recebe projetos de P&D até 18 de dezembro (CanalEnergia) 10/12/09.....	32

Chesf poderá ter que pagar R\$ 1 bilhão para construtoras da hidrelétrica de Xingó (<i>CanalEnergia</i>) 10/12/09	32
União Energia e Bioenergy realizam leilão para venda de energia eólica no mercado livre (<i>CanalEnergia</i>) 10/12/09	33
Motores trifásicos produzidos no Brasil serão de alto rendimento (<i>CanalEnergia</i>) 10/12/09	33
PUCRS lança tecnologia de fabricação de módulos fotovoltaicos (<i>CanalEnergia</i>) 10/12/09	34

SINDICAL

PIB do 3º trimestre (<i>CUT Nacional</i>) 10/12/09	34
OIT lança Estudo sobre Sustentabilidade e Empregos Verdes no Brasil (<i>CUT Nacional</i>) 10/12/09	35
Petroleiros (<i>CUT Nacional</i>) 10/12/09	36
Saúde do trabalhador (<i>CUT Nacional</i>) 10/12/09	37
Vitória (<i>CUT Nacional</i>) 10/12/09	37
Aeroviários e aeronautas (<i>CUT Nacional</i>) 10/12/09	38
FETEC/CUT-SP completa 20 anos de lutas por justiça e igualdade social (<i>CUT Nacional</i>) 10/12/09	39
Comissão da Câmara aprova punição para quem discriminar mulher no trabalho (<i>CUT Nacional</i>) 10/12/09	40
Sindieletro-MG: assembleias do Prosaúde começam na segunda-feira (14) (<i>CUT Nacional</i>) 10/12/09	41

Indústria critica Aneel por não corrigir tarifa (Folha de SP) 11/12/09

Para empresas e órgãos de defesa do consumidor, agência tem de exigir de distribuidoras devolução por erro na cobrança da conta de luz

Entidades que representam consumidores anunciam que estão preparando ações contra as autoridades do setor elétrico brasileiro

AGNALDO BRITO
DA REPORTAGEM LOCAL

Representantes da indústria e dos pequenos consumidores criticaram ontem, na Fiesp, em São Paulo, a falta de uma solução para o problema da falha na metodologia de cálculo da tarifa de energia elétrica no Brasil. Eles cobraram compromisso da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) em propor uma maneira pela qual as distribuidoras sejam obrigadas a devolver valores cobrados a mais dos consumidores ao longo de pelo menos sete anos. Consumidores não aceitam a tese da Aneel de que a agência não tem poderes unilaterais para exigir a compensação por cobranças indevidas ocorridas devido a uma falha admitida por ela no contrato de concessão. A decisão da Aneel de convocar uma audiência pública para buscar consenso para o aditivo ao contrato a ser proposto às distribuidoras é considerada insuficiente.

Segundo Maria Inês Dolci, coordenadora institucional da Pro Teste, a agência tem poderes e tem de apresentar uma fórmula de ressarcimento aos consumidores. "Esperávamos a proposição de uma fórmula para o ressarcimento, e isso não foi feito. Nesse sentido, o nosso pedido foi apenas parcialmente acatado. Sendo assim, a agência atua em omissão e já pode ser alvo de uma ação de improbidade administrativa", disse ela.

Instituições de defesa do consumidor, como o Idec (Instituto de Defesa do Consumidor) e a Fundação Procon São Paulo, endossaram as críticas e anunciaram que estão preparando ações contra as autoridades do setor elétrico brasileiro a fim de exigirem o ressarcimento dos consumidores.

O presidente da CPI das Tarifas de Energia Elétrica, Eduardo da Fonte, disse que a Aneel tenta ganhar tempo. "Não podemos admitir que a Aneel orquestre um calote aos consumidores." A agência foi convidada pela Fiesp a participar do seminário "Cobrança indevida nas contas de energia elétrica: como ficam os consumidores", mas não compareceu. Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, criticou a forma como a discussão está sendo colocada e negou que haja algum erro nas contas de energia. Segundo ele, o esforço em discutir um ressarcimento que não é cabível consome um esforço que poderia ser direcionado à redução do peso dos encargos setoriais no custo final da tarifa.

Frases

Não podemos admitir que a Aneel orquestre um calote aos consumidores brasileiros
EDUARDO DA FONTE, presidente da CPI das Tarifas de Energia Elétrica
Esperávamos a proposição de uma fórmula para o ressarcimento, e isso não foi feito
MARIA INÊS DOLCI, coordenadora da Pro Teste

Agência reduz preço do gás natural em SP (Folha de SP) 11/12/09

Tarifas têm queda de até 32% no Estado; na Comgás, redução não vale para o consumidor residencial

DA REPORTAGEM LOCAL

O preço do gás natural distribuído pelas três concessionárias responsáveis pelo abastecimento no Estado de São Paulo será reduzido a partir de hoje.

A Arsesp (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) informou que o corte do preço na área de concessão da Gás Brasileiro ocorreu devido à conclusão da revisão tarifária. Na área atendida pela companhia, a redução alcançou até 30% em alguns mercados. No residencial, a redução foi de 28%; na indústria, entre 14% e 32%. Nos casos da Comgás, maior distribuidora do país, e da Gás Natural São Paulo Sul, a razão para o corte teve outro motivo.

As duas distribuidoras tiveram redução das tarifas depois da queda do dólar e dos efeitos financeiros observados com a compra de gás mais barato nos leilões feitos pela Petrobras.

Segundo a Arsesp, a Comgás reduziu o custo de aquisição do gás da Petrobras em 8% e a Gás Natural São Paulo Sul conseguiu uma redução média de 10,05%. O efeito tarifário, entretanto, será menor e restrito a três mercados.

Só os consumidores industriais, comerciais e de GNV sentirão os benefícios. Na Comgás, a redução do custo do gás para a indústria irá variar de 3,87% a 5,59%; para a área comercial, será de cerca de 2%, e no GNV o corte será de 6,43%.

Na Gás Natural São Paulo Sul, a redução na indústria oscilará entre 4,11% e 6,25%; entre os consumidores comerciais, ao redor de 2,5%. No Gás Natural Veicular, a redução será de 7,46%.

Os pontos de venda de GNV são livres para cobrar a tarifa que quiserem. Esses cortes serão aplicados na venda da Comgás para os postos.

Os consumidores residenciais da Comgás e da Gás Natural São Paulo Sul não terão a tarifa reduzida. Segundo a Arsesp, as alterações tarifárias para esse mercado ficaram confinadas às datas de aniversário dos contratos de concessão (maio, no caso da São Paulo Sul e da Comgás, e dezembro, no caso da Gás Brasileiro).

A agência diz que, no reajuste tarifário feito em dezembro de 2008, quando -apesar da crise- houve o reajuste do gás devido a efeitos retardados da alta do petróleo, os consumidores residenciais também não tiveram elevação do preço. (AB)

Pré-sal só terá votação final no ano que vem (Folha de SP) 11/12/09

LEILA COIMBRA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo federal não conseguirá concluir na Câmara dos Deputados a votação do marco regulatório da exploração do petróleo na área do pré-sal neste ano, como pretendia originalmente.

Dos quatro projetos que tratam do assunto, só dois foram apreciados em plenário. Ficarão para 2010 as propostas que tratam da capitalização da Petrobras e da criação de um Fundo Social para aplicar os recursos.

A Câmara havia aprovado em novembro o projeto que cria a nova estatal do setor, a Petro-Sal. O texto já está em tramitação no Senado.

Anteontem, foi aprovado, em votação simbólica, o texto-base do projeto de lei que institui o sistema de partilha de produção no setor de petróleo e que muda a forma como são distribuídos os recursos dos royalties e participações especiais, espinha dorsal do marco regulatório.

Falta, no entanto, a avaliação dos destaques, dentre eles o do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que muda totalmente o texto-base, propondo nova divisão dos valores. A votação dos destaques só deverá ocorrer na semana que vem.

Mercado Aberto (Folha de SP) 11/12/09

MARIA CRISTINA FRIAS - cristina.frias@uol.com.br

Uso de amianto divide fabricantes de fibra

Empresários da indústria de fibrocimento, que produzem materiais como telhas e caixas-d'água, estão tentando impedir a aprovação do projeto de lei 917, que pode alterar a atual proibição do uso do amianto no Estado de São Paulo.

A Abifibro -que reúne indústrias e distribuidores de produtos de fibrocimento- já enviou a todos os deputados do Estado trabalhos elaborados pelo economista Luiz Gonzaga Belluzzo e pelo Banco Mundial que apontam riscos do uso do amianto na fabricação de fibras e seu potencial cancerígeno.

O amianto já foi banido por uma lista de cerca de 50 países da qual o Brasil não participa, mas São Paulo tem legislação própria que impede o uso.

"Esse projeto não tem sentido, pois, na verdade, ele quer acabar com a eficácia da lei paulista e dar continuidade ao uso do amianto. A indústria já tem tecnologia e está adaptada para produzir fibras alternativas", diz João Carlos Duarte Paes, presidente da Abifibro. Brasilit, CSN e Braskem são alguns associados da entidade.

O deputado Waldir Agnello (PTB-SP), autor do projeto, não respondeu às ligações da Folha até o fechamento desta edição.

Ainda há três fabricantes que utilizam amianto no Estado por meio de liminar. Um deles, a Confibra, que espera que o projeto seja votado antes do fim deste ano, afirma que o custo das fibras alternativas pode encarecer o produto final em 40%. "O nosso público-alvo é a baixa renda", diz Franklin Fioroti, gestor de segurança do trabalho da Confibra.

A Secretaria da Saúde paulista realizou neste mês uma operação em lojas de material de construção suspeitas de comercializar produtos com amianto. Dos 79 estabelecimentos inspecionados, 54 vendiam materiais à base do produto. As mercadorias foram interditadas, e a venda, suspensa.

A indústria já tem tecnologia e está adaptada para produzir fibras alternativas

JOÃO CARLOS PAES
presidente da Abifibro

O custo das fibras alternativas pode encarecer o produto final em 40%
FRANKLIN FIOROTI
gestor da Confibra

NOVA COMMODITY 1

Sai hoje no "Diário Oficial da União" a resolução da ANP que torna obrigatória, a partir de setembro de 2010, a utilização do termo etanol, em substituição a álcool, nos postos de combustíveis.

NOVA COMMODITY 2

Com a medida, avança mais um passo a campanha liderada há anos pelos empresários brasileiros do setor para que o produto seja tratado como commodity e assim negociado no mercado internacional. Nas suas propagandas, as distribuidoras já têm empregado essa nova nomenclatura.

NOVA COMMODITY 3

Ontem, foi publicada a norma que reduz o teor de enxofre presente na gasolina dos atuais 1.000 ppm (partes por milhão) para 50 ppm. O combustível, menos poluente, entrará no mercado brasileiro em 1º de janeiro de 2014, obedecendo às diretrizes do Proconve (Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores). A partir dessa data, toda a gasolina comercializada no país também precisará ser aditivada.

ALTO-MAR 1

Em novembro, pela primeira vez em dois anos de operação, a Portonave Terminais Portuários de Navegantes recebeu mais produtos vindos de fora do país do que enviou. A diferença, de 462 contêineres, foi reflexo da desvalorização do dólar, que impulsionou as encomendas de Natal e final de ano. Na comparação com as importações do mesmo período de 2008, o aumento no mês foi de 143%. Os EUA lideram as importações.

ALTO-MAR 2

A Santos Brasil, que opera um dos maiores terminais de contêineres da América do Sul, no porto de Santos, entre outros terminais portuários e de logística, investirá R\$ 20 milhões em um projeto para reduzir emissões de carbono até 2020. A meta de redução é de 36,1% a 38,9%. Haverá substituição do diesel dos caminhões por gás e uso de energia elétrica em equipamentos.

NA TERRA

A Cielo (ex-VisaNet) acaba de lançar o Agro Electron, modalidade de pagamento em débito focada em produtores rurais. A empresa já havia lançado, há um ano, o Agocard, modalidade em crédito especializada no setor, que registrou em novembro seu recorde para uma transação. Com tíquete médio de R\$ 40 mil, a transação recorde no Agocard alcançou R\$ 9.999.999. Só não foi de R\$ 10 milhões porque o sistema de informática não aceita a quantidade de casas numéricas, diz Rômulo Dias, presidente da empresa. Em parceria com o Banco do Brasil, o Agocard é uma linha de crédito pré-aprovada ao produtor para comprar insumos e equipamentos agrícolas.

FINANCEIROS

O engenheiro Andrew Frank Storfer assume em 1º de janeiro de 2010 a presidência da Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade). Ele e a nova diretoria tomarão posse em solenidade marcada para o dia 15 deste mês. Storfer ainda é bacharel em administração de empresas e possui especialização em economia e um MBA.

NOVO LÍDER 1

A CBCDE (Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico) também está mudando de comando. Toma posse, hoje, o seu novo presidente, o empresário Fernando Ou, com a missão de ajudar a aumentar o fluxo comercial entre os dois países. A entidade reúne atualmente mais de uma centena de empresas.

NOVO LÍDER 2

Vender matérias-primas -produtos agrícolas e para construção- ainda é a maior oportunidade para os empresários brasileiros nessa balança comercial, diz Ou. No entanto, quem está abrindo fábricas na China, como os calçadistas, consegue se dar bem.

SELEÇÃO

Segundo estudo realizado pela consultoria em recursos humanos DBM, cresceu 68% entre julho e setembro de 2009, na comparação com o mesmo período do ano passado, a demanda por executivos para atuarem como caça-talentos. Assim, a área de gestão de pessoas foi a quarta que mais abriu vagas no terceiro trimestre deste ano -na média histórica, ficava no máximo em décimo lugar.

EMPREGO

A Robert Half, multinacional americana especializada em recrutamento de executivos, vai abrir seleção para "headhunters". A empresa pretende aumentar em mais de 50% seu número de funcionários em 2010.

com JOANA CUNHA e DENYSE GODOY

Lobão diz ter sido procurado por banqueiros (Folha de SP) 11/12/09

MALU DELGADO

ENVIADA ESPECIAL AO MARANHÃO

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, em viagem ao Maranhão acompanhando comitiva do presidente Lula, disse que "tem sido procurado por banqueiros americanos que vêm nos oferecer dinheiro para a Eletrobrás, a Petrobrás e para todas as estatais brasileiras".

Sem especificar que tipo de negociação seria essa, Lobão acrescentou também que o presidente de um banco norte-americano teria lhe oferecido um auxílio financeiro. "Ele veio me dizer que não havia limites para emprestar ao Brasil", contou o ministro. Empolgado ao discursar na refinaria Alumar, Lobão manteve o tom ufanista e disse ainda que o Brasil superou a crise "rapidamente e praticamente incólume" e é hoje admirado por todo o mundo.

Há 15 dias, Lobão afirmou que o Citigroup havia procurado o Brasil para vender parte de seu capital no início do ano. No dia seguinte à declaração, o ministro Guido Mantega (Fazenda) e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, assim como porta-vozes da instituição financeira, negaram que a oferta tivesse sido feita.

Dilma ainda não existe, só Lula, diz FHC (Folha de SP) 11/12/09

DE WASHINGTON

Pré-candidata petista à sucessão presidencial, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) não decola nas pesquisas porque não existe de fato, sua candidatura é uma decisão tomada unilateralmente pelo presidente Lula. A opinião é do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Para ele, Dilma "é candidata de Lula, ainda não é do partido, porque Lula nunca perguntou [ao PT] e nem mesmo a ela, ele decidiu. Então, para a opinião pública, quem existe até agora é Lula, não uma candidata".

Em Washington, o tucano comentou ainda sobre a capacidade de Lula de transferir votos para Dilma, que tem ficado em segundo lugar nas pesquisas no cenário mais provável para a disputa.

"Mas [ele] já fez isso! Ela não tinha nada, zero, nunca teve posição política, nunca foi candidata, ninguém a conhece." (SÉRGIO DÁVILA)

DF gastava mais em informática que SP (Folha de SP) 11/12/09

Empresas do setor são apontadas por ex-secretário de Arruda como as principais financiadoras do mensalão do DEM

De 2007 a 2009, Brasília empenhou R\$ 978,3 mi, e SP, R\$ 716,7 mi; assessoria de Arruda critica os dados fornecidos por seu governo

FERNANDA ODILLA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Apontadas pelo denunciante Durval Barbosa como as principais fontes de recursos do mensalão do DEM, as despesas com informática e publicidade do governo do Distrito Federal são maiores que as feitas pelo governo do Estado de São Paulo.

Tanto em números absolutos como relativos à receita total, o DF gastou mais com empresas de informática que São Paulo de 2007 a 2009. Nesse período, o governo de José Roberto Arruda empenhou R\$ 978,3 milhões, o equivalente a 3,10% da receita, contra R\$ 716,7 milhões, 0,21% da arrecadação paulista. Diferença de 1.300%.

Das 10 empresas que mais receberam dinheiro do DF, 5 são investigadas na Operação Caixa de Pandora. Linknet, Uni Repro e Call Tecnologia, que negam participação no esquema de pagamento de propina, ocupam, neste ano, os três primeiros lugares no ranking de repasses do governo.

Representantes das três empresas foram flagrados nos vídeos de Durval Barbosa, ex-secretário de Arruda, um dos responsáveis pela captação ilícita de recursos e autor das denúncias de corrupção na capital.

O montante milionário repassado para essas companhias (foram cerca de R\$ 130 milhões só neste ano) contraria a versão de Arruda, que alega ser vítima de um esquema do governo passado tocado à revelia por Durval Barbosa, responsável pelos contratos com empresas de informática durante a gestão de Joaquim Roriz (1999-2006).

"Os maiores escândalos estão nas áreas que comportam terceirização e carterização, como a informática", diz o deputado distrital Chico Leite (PT), lembrando que empresas de informática sempre protagonizaram esquemas de corrupção no DF. A Linknet, por exemplo, já foi alvo de denúncia do Ministério Público no governo Roriz. Arruda alega que o governo gasta menos com informática que a gestão anterior. Apesar de ter reduzido as despesas com empresas do ramo em relação à gestão de seu adversário político, os repasses na área aumentaram 20% entre 2007 e 2009.

O montante gasto com publicidade também aumentou nos dois primeiros anos do governo Arruda. Se comparadas as despesas com comunicação nas fundações, autarquias e administração direta em relação à receita total, os gastos do DF são 1.000% maiores que os do governo paulista. São Paulo empenhou R\$ 246 milhões em 2007 e 2008, o equivalente a 0,11% da receita total. No mesmo período, o DF autorizou repasses de R\$ 220 milhões, ou 1,13% da arrecadação orçada.

Ontem, por meio de assessoria, o governo do DF questionou os próprios números informados à Folha pela Secretaria de Planejamento. Disse que, de 2007 a 2009, gastou R\$ 450 milhões com informática e R\$ 209 milhões com publicidade. A assessoria disse ainda que o contrato com as agências de publicidade prevê a contratação de fornecedores. "É o caso da AB Produções que grava comerciais do governo, assim como várias outras produtoras de vídeo", disse a assessoria.

PIB revela retomada econômica mais lenta (Folha de SP) 11/12/09

Com expansão de 1,3% no 3º trimestre, abaixo das expectativas, país pode ter primeira queda anual no PIB desde Collor

Governo falava em alta de 2% do PIB; recuperação de investimentos mantém previsão de expansão mais forte, de 5%, em 2010

GUSTAVO PATU
ENVIADO ESPECIAL AO RIO
PEDRO SOARES
DA SUCURSAL DO RIO

Após semanas de entusiasmo doméstico e internacional com o desempenho brasileiro, descobriu-se que a economia do país se recupera da crise em ritmo mais lento do que se imaginava e ameaça fechar 2009 com a primeira queda anual desde o governo Collor.

O IBGE divulgou ontem não apenas um Produto Interno Bruto -a medida da produção e da renda nacional- inferior, no terceiro trimestre, ao esperado pelo governo e pela grande maioria dos analistas de mercado, mas também dados revisados para baixo dos dois trimestres anteriores.

Embora esteja mantida a tendência de melhora, os novos números contam uma história diferente dos meses passados, impõem um novo diagnóstico do presente e alteram a agenda para o futuro próximo: perdem força, por exemplo, as apostas em uma alta de juros mais imediata para conter o consumo, e ganham argumentos os defensores de novas medidas de estímulo no ano eleitoral de 2010.

De julho a setembro, a indústria, a agropecuária e os serviços produziram 1,3% a mais que nos três meses anteriores e 1,2% a menos que no mesmo trimestre de 2008. Na primeira base de comparação, o ministro Guido Mantega, da Fazenda, previu reiteradas vezes alta de 2%; na segunda, o ponto médio das expectativas do mercado apontava queda de só 0,2%.

Esse é um caso em que diferenças depois da vírgula fazem diferença. A previsão de Mantega corresponderia a uma taxa anualizada (se acumulada em quatro trimestres) de 8,2% -foi o que animou o presidente Lula a anunciar no mês passado, com um arredondamento generoso, "um ritmo chinês de cerca de 9%". Ontem, Lula não quis comentar o PIB. Já o resultado efetivo resulta numa taxa anualizada de 5,3%, bem mais próxima das tradições brasileiras. Embora ainda muito favorável se comparada com o mundo rico ou mesmo com as projeções do início do ano, a cifra desfaz a avaliação de que economia já opera a pleno vapor, nos patamares pré-crise.

Cai projeção oficial

Também é insuficiente para sustentar a projeção oficial de crescimento de 1% em 2009, abandonada ontem mesmo. Os novos números apontam que o PIB terminará o ano com variação muito próxima de zero, com poucos décimos para mais ou para menos -e a diferença entre uma possibilidade e outra é mais política que econômica.

No cotidiano de investidores, empresários, assalariados, desempregados e eleitores em geral, é imperceptível a distância entre um crescimento anual de 0,2% e uma queda do mesmo tamanho. Para o governo, porém, trata-se de ter ou não de responder pelo primeiro ano em vermelho desde 1992.

O cumprimento da recém-abandonada projeção anual do governo dependeria de um crescimento robusto de 9,1%, no quarto trimestre, na comparação com o mesmo período de 2008 -e não em taxa anualizada. Para fechar o ano no zero, é preciso expansão final de 5%, compatível com as previsões mais otimistas do mercado.

Pelas avaliações mais comuns entre os analistas, a meta governista de crescer 5% no próximo ano permanece realista diante dos dados do IBGE.

Bancos e consultorias que trabalhavam com taxas muito superiores a essa, no entanto, já começaram a rever suas projeções.

Mesmo abaixo do esperado, os dados do trimestre confirmaram o início da recuperação dos investimentos, que são decisivos para a expansão da produção e foram um dos setores mais abalados pela crise internacional. Assim como a indústria, eles permanecem abaixo dos níveis de 2008, mas se expandem pela segunda vez em relação ao trimestre anterior.

Indicadores projetam alta maior do PIB no 4º trimestre (Folha de SP) 11/12/09

Transportes e venda de papelão sinalizam expansão elevada

PAULO DE ARAUJO
PAULA NUNES
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Depois de um terceiro trimestre aquém das expectativas, a economia deve apresentar um crescimento mais expressivo nos três últimos meses do ano, segundo analistas.

Sinais de que a expansão do PIB deve vir mais forte no final deste ano já estão dados, disse Ariadne Vitoriano, analista da Tendências.

O movimento de caminhões nas rodovias, indicador de atividade econômica, teve alta de 2% em novembro e de 1,1% em outubro ante os meses anteriores, segundo o índice ABCR (Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias). Outro indicador que busca antecipar o desempenho da indústria, o SPI (Sinalizador Produção Industrial), medido pela FGV, cresceu 3,3% em outubro em relação a setembro.

"Esses são dados fortes e mostram que a produção apresenta um crescimento mais vigoroso", afirma Vitoriano.

"Devemos ver agora uma expansão mais disseminada por todos os setores no quarto trimestre", acrescenta.

O segmento de papel e celulose, representado pela Bracelpa, já superou em 4,3% a produção do ano passado e diz acreditar na ampliação e na continuidade do crescimento no quarto trimestre. "Desde junho o setor tem registrado recuperação em um ritmo satisfatório", afirma a presidente-executiva da entidade, Elizabeth de Carvalhaes.

Já as vendas de papelão ondulado, utilizado para embalagens, por exemplo, também tiveram alta, de 8,83%, em outubro em relação a setembro.

Vendas aquecidas

O setor varejista aposta na manutenção do aquecimento econômico e prova isso com ofertas expandidas de crédito que chegam a 16 parcelas neste fim de ano. Isso porque a inadimplência no país caiu 13,07% de janeiro a novembro, segundo dados do SPC nacional, e o índice de confiança do consumidor, medido pela FGV, alcançou o maior patamar desde maio de 2008.

O índice de expectativas de consumo, também calculado pela FGV, voltou a crescer em novembro e deve permanecer estável até o início de 2010.

O mercado imobiliário e toda a cadeia da construção civil tiveram projeção da FGV de crescimento real de 8,8% no ano que vem. A expectativa do setor é que os investimentos imobiliários alcancem R\$ 202 bilhões em 2010 e encerrem este ano na faixa de R\$ 170 bilhões. Programas do governo, como o Minha Casa, Minha Vida, devem favorecer esse mercado e aumentar a capacidade produtiva. O setor recuperou as vendas perdidas para a crise econômica somente em julho.

STF rejeita recurso e censura ao "Estado" continua em vigor (O Estado de SP) 11/12/09

Por 6 votos a 3, ministros recusaram tese de que mordaza desrespeita decisão que derrubou a Lei de Imprensa

Mariangela Gallucci e Felipe Recondo, BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (STF), por 6 votos a 3, arquivou ontem a reclamação em que os advogados do Estado pediam o fim da proibição ao jornal de publicar reportagens sobre a Operação Boi Barrica, que investigou o empresário Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Com isso, fica mantida a censura imposta no fim de julho pelo desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJ-DF). A mordaza ao Estado, que vai recorrer, já soma 133 dias.

A maioria dos ministros - numa decisão que discutiu aspectos técnicos e não o mérito - não concordou com a tese defendida pelos advogados do jornal, de que a censura desrespeita a decisão do próprio Supremo que derrubou a Lei de Imprensa e consagrou o pleno direito à liberdade de expressão. Naquela decisão, tomada em abril deste ano, há referência explícita contra a censura imposta pelos Poderes estatais, como o Judiciário.

"Não há liberdade de imprensa pela metade ou sob as tenazes da censura prévia, inclusive a procedente do Poder Judiciário", diz o texto publicado no Diário da Justiça. A Lei de Imprensa que vigorou até o julgamento de abril era um documento legal do tempo do regime militar (1964-1985).

INTERCEPTAÇÕES

Apesar de ter decidido dessa forma neste ano, ontem a maioria dos ministros do STF afirmou que o resultado do julgamento sobre a Lei de Imprensa não poderia ser aplicado ao caso do Estado. De acordo com a ala do Supremo vencedora no julgamento de ontem, a decisão judicial do TJ-DF de censurar o jornal baseou-se na Constituição e na legislação que trata de interceptações telefônicas. Portanto, não haveria referência à Lei de Imprensa e ao julgamento de abril do STF. Por esse entendimento, não caberia reclamação ao Supremo por suposto desrespeito à decisão da corte.

Reclamação é um recurso usado quando uma decisão do STF é descumprida por um magistrado ou outro tribunal. No caso, entra-se no Supremo com uma reclamação para fazer valer a decisão que a corte tomou sobre o tema.

O voto vencedor do julgamento foi dado pelo vice-presidente do STF e relator do caso, ministro Cezar Peluso, que arquivou sem discussão do mérito a ação apresentada pelo Estado. "A decisão ora impugnada não tangencia sequer aspectos da Lei de Imprensa", afirmou Cezar Peluso durante o julgamento. Votaram com Peluso os ministros Eros Graus, José Antonio Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Ellen Gracie e Ricardo Lewandowski.

Além de concordar com a argumentação técnico-jurídica de Peluso, o presidente do STF, Gilmar Mendes, disse que a honra e a intimidade, citados por Dácio Vieira para impor a censura ao jornal, têm de ser preservadas. "Se é inviolável a honra e a intimidade, é preciso que isso tenha alguma consequência. Esses valores são invioláveis. E o que é inviolável não é para ser violado", afirmou.

"VISÕES AUTORITÁRIAS"

Primeiro ministro a votar pela derrubada da mordaza imposta ao Estado, Carlos Ayres Britto lembrou que ao declarar o fim da Lei de Imprensa, em abril, o tribunal levou em conta dispositivos da Constituição que vedam a censura prévia à mídia, às manifestações e às publicações. A ministra Cármen Lúcia e o decano do STF, Celso de Mello, acompanharam Ayres Britto.

Para Celso de Mello, é profundamente grave e preocupante que ainda remanesçam no aparelho de Estado "visões autoritárias" que buscam justificar a prática da censura a publicações em geral. Ele lembrou que no dia 13 serão rememorados os 41 anos da data em que o marechal Artur da Costa e Silva, segundo presidente do regime militar, impôs ao País o Ato Institucional nº 5, o AI-5. "O passado deve ser respeitado pela corte, pelos magistrados e pelos tribunais", afirmou Celso de Mello. "O poder geral de cautela é o novo nome da censura em nosso país."

ALTERNATIVAS

De acordo com ministros do STF, o jornal ainda pode questionar a censura por meio de outros instrumentos que não sejam a reclamação. Um dos ministros afirmou que a solução do caso, seguindo esse caminho, certamente vai demorar.

PIB cresce menos que o esperado e reduz pressão por alta de juros (O Estado de SP) 11/12/09

Resultado do 3º trimestre foi puxado pela indústria, pelas famílias e pelos investimentos e freado pela agropecuária

Fernando Dantas, RIO

O Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre de 2009 cresceu, puxado pela indústria, pelas famílias e pelos investimentos (e freado pela agropecuária), mas num ritmo bem inferior ao que era antecipado pelo mercado e pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. Na comparação com o segundo trimestre, com ajuste sazonal, o PIB de julho a setembro cresceu 1,3%, ante uma expectativa em torno de 2% do mercado e de Mantega.

Assim, a probabilidade de que o ano termine com crescimento negativo voltou a aumentar, e o PIB terá de crescer 5% no último trimestre (em comparação a igual período de 2008) para que se chegue a zero de expansão em 2009. Já a perspectiva do mercado de aumento da Selic, a taxa básica de juros, deslocou-se em direção a um ponto mais distante de 2010. "A ideia de que haveria aumento já no começo do ano que vem morre completamente agora", comentou Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados.

O crescimento aquém do esperado no terceiro trimestre somou-se a fortes revisões para baixo dos resultados dos trimestres anteriores pelo Instituto Brasileiro Geografia e Estatística, que surpreenderam o mercado (mas a revisão indicou também que o PIB caiu menos no último trimestre de 2008).

O crescimento do PIB do segundo trimestre de 2009, ante o primeiro, foi revisado de 1,9% para 1,1%. Assim, em vez do ritmo trimestral em torno de 2% (ou de 8,2% anualizado) no semestre de abril a setembro, como muitos julgavam, a economia cresceu 1,2% por trimestre, ou 4,9% em base anual.

Também na comparação com o mesmo período do ano anterior, o PIB do terceiro trimestre teve resultado inferior ao das expectativas do mercado, recuando 1,2%. A mediana das expectativas para esse indicador, coletada pela Agência Estado, era de menos 0,3%. Em quatro trimestres até setembro, o PIB caiu 1%, e, no ano, recuou 1,7%. O PIB do terceiro trimestre de 2009 voltou ao nível do último trimestre de 2007.

As fortes revisões também afetaram a queda dos PIBs trimestrais ante iguais períodos de 2008. O resultado do primeiro trimestre passou de 1,8% negativo para 2,1% negativos; e, o do segundo, de menos 1,2% para menos 1,6%.

Dois destaques positivos no resultado do PIB do terceiro trimestre, e relacionados entre si, foram a recuperação da indústria e dos investimentos. Já a agropecuária deu o toque negativo, e foi o único setor que recuou ante o segundo trimestre, com ajuste sazonal, queda de 2,5% (e 9% na comparação com igual período de 2008). Segundo Rebeca Palis, gerente de Contas Trimestrais do IBGE, das cinco safras relevantes para a produção agrícola no terceiro trimestre - trigo, café, mandioca, laranja e cana -, apenas a última cresceu.

O setor de serviços, mais protegido do colapso parcial das exportações provocado pela crise global, cresceu 1,6% em relação ao segundo trimestre, com dessazonalização, e 2,1% ante o terceiro trimestre de 2008.

Isso se explica em boa parte pelo consumo das famílias, que cresceu 3,9% no terceiro trimestre, ante igual período de 2008 (24.º crescimento trimestral seguido). Em relação ao segundo trimestre, com dessazonalização, o avanço foi de 2%. "As famílias já deixaram a crise para trás e estão acima do auge anterior à turbulência", disse Fernando Rocha, economista e sócio da JGP Investimentos.

Resultado frustra e faz equipe colocar "o pé no chão" (O Estado de SP) 11/12/09

Mantega ligou para Lula e disse que PIB subirá 5% em 2010

Beatriz Abreu, BRASÍLIA

Uma sensação de frustração contagiou ontem o governo quando os ministros receberam, pela manhã, o resultado do PIB do terceiro trimestre, que mostra a recuperação da economia em ritmo menos acelerado do que as apostas oficiais e o risco considerável de o resultado deste ano ser negativo. Mas teve um lado positivo: "O resultado mostrou que é preciso colocar o pé no chão. Uma coisa é o que se projeta, outra é o que está acontecendo na economia real", disse um ministro à Agência Estado. Ele se referia ao alerta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra o "estado de euforia e a sensação de que tudo está bem".

A reação do governo foi uniforme e em todas as declarações o ponto de consenso foi remeter a discussão para o futuro. Está claro, na avaliação de todos, que se 2009 não será tão bom quanto se esperava é certeza de que em 2010, o ano da sucessão, a economia crescerá ao ritmo de 5%. Essa foi a avaliação que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, passou, por telefone, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que no início da manhã viajou para o Maranhão.

ESTATÍSTICAS

Mantega relatou a Lula que a discrepância entre as estimativas oficiais e o resultado divulgado pelo IBGE estava relacionada a questões estatísticas, mas que tanto pelo lado da oferta quanto da demanda os indicadores são de retomada sustentada da atividade econômica. Ou seja, o crescimento acontecerá sem pressões inflacionárias. Há pouco tempo, o ministro afirmava que o terceiro trimestre "estava muito bom" e que a economia crescia a velocidade de 8%. Os

dados do IBGE surpreenderam, mas não foram vistos como um problema mais grave porque mostram que ainda assim a economia está crescendo a um ritmo anualizado de 5,1%.

No entanto, diante do quadro em que a perspectiva é, na melhor das hipóteses, um crescimento próximo a zero, e na pior, um resultado negativo para o PIB deste ano, a avaliação de Mantega a Lula foi a de que o governo agiu corretamente ao manter os estímulos fiscais e de crédito. Mais do que isso, ganhou força na equipe a tese de que não se deve conter o consumo das famílias. "Quando ouço alguém defender um corte no consumo fico preocupado. Afinal, é o consumo das famílias que está ancorando a economia. Se mexe no consumo, desmonta a economia", disse um ministro.

O governo acredita na melhoria do quadro nos próximos meses com o argumento de que a alta dos investimentos ainda será registrada pelos indicadores. Segundo técnicos, os benefícios das taxas subsidiadas nos empréstimos do BNDES, adotadas no início do quarto trimestre e o reforço das medidas ontem, não foram captados pelo IBGE. Por isso, a insistência em mensagens como a de um Natal fantástico, na expectativa de que o consumo se manterá em alta, a indústria a todo vapor na reposição de estoques e o governo também dando uma mãozinha: nos próximos dias, deve ser divulgado um novo relatório de receitas e despesas e alguns bilhões serão liberados para os ministérios.

Investimento sobe e vai a 17,7% do PIB (O Estado de SP) 11/12/09

Apesar do crescimento, taxa do 3º trimestre ainda é inferior ao resultado do mesmo período de 2007 e de 2008

Fernando Dantas, RIO

O Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre trouxe boas notícias em termos de investimento e de produção industrial. A chamada formação bruta de capital fixo (FBCF), conceito muito próximo ao de investimento, cresceu 6,5% ante o segundo trimestre, com ajuste sazonal, o que corresponde a uma taxa anualizada de 28,7%. A indústria, por sua vez, cresceu 2,9% (ou 12,1% anualizados) na mesma base de comparação, o desempenho mais forte entre os três setores da produção. Outro fato positivo é que o crescimento dos investimentos no segundo trimestre foi revisado de zero para 2%, em relação ao primeiro trimestre.

Tanto no caso dos investimentos quanto no da indústria, contudo, trata-se de uma jornada longa para recuperar níveis atingidos antes da crise. Os investimentos no terceiro trimestre ainda apresentam queda de 12,5% em comparação com o mesmo período de 2008, e a indústria, recuo de 6,9%. Mas essa queda em relação aos mesmos trimestres do ano anterior está recuando. No caso dos investimentos, ela foi de 14,2% e de 16%, no primeiro e segundo trimestres de 2009; no caso da indústria, de 10,4% e de 8,6%.

A taxa de investimentos da economia no terceiro trimestre foi de 17,7% do PIB. No segundo, ela tinha ficado em 15,7%, mas os técnicos do IBGE advertem que não é correto se comparar esse indicador em trimestres diferentes. Comparando-se com terceiros trimestres de anos anteriores, a taxa de investimentos de 2009 ficou abaixo da de 2007 e 2008 (18,3% e 20,1%), mas acima da de 2005 e 2006 (16,5% e 16,8%). A poupança no terceiro trimestre de 2009 foi de 15,5% do PIB, a terceira menor para esse período do ano desde 2001, e com um recuo de mais de quatro pontos percentuais do PIB em relação aos 19,7% de 2008.

Na comparação com o terceiro trimestre de 2008, a indústria de transformação caiu 7,9% de julho a setembro de 2009, o que já é uma melhora substancial em relação aos recuos (na mesma base de comparação) de 14% e de 10,8%, respectivamente, no primeiro e segundo trimestres deste ano.

Já a construção civil teve uma redução de 8,4% no terceiro trimestre, o que é uma melhora bem mais tímida ante o primeiro e o segundo trimestres (com quedas de 9,6% e 9,3%). A indústria extrativa mineral recuou 2% no terceiro trimestre, ante igual período de 2008, com queda de 22,1% na extração de minério de ferro, e alta de 4,8% na de petróleo e gás. Já a indústria de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana recuou 3,3% no terceiro trimestre (e respectivamente 4,2% e 3,8% no primeiro e no segundo).

As maiores quedas na indústria da transformação no terceiro trimestre, na comparação com igual período de 2008, foram de máquinas e equipamentos, metalurgia, produtos de metal, automóveis e material elétrico e eletrônico. Os técnicos do IBGE notaram que boa parte desses segmentos está ligada à produção de bens de capital, afetada pelo colapso dos investimentos na crise.

No setor externo, caíram no terceiro trimestre (comparado ao terceiro de 2008) tanto as exportações de bens e serviços, com 10,1%, quanto as importações, com 15,8%. Entre essas últimas, de forma análoga à indústria, os segmentos que

mais sofreram estão ligados aos investimentos, como máquinas e equipamentos, metalurgia e siderurgia e material elétrico.

Governo vai tentar derrubar emenda que muda pré-sal (O Estado de SP) 11/12/09

Proposta pendente de votação defende distribuição de recursos por igual entre Estados e municípios

O governo pretende derrubar, na próxima semana, a emenda que propõe uma mudança completa na forma de distribuição das receitas com a cobrança de royalties pela exploração de petróleo em todo País. A proposta é o único destaque que ainda precisa ser apreciado pelos deputados para que o projeto que estabelece o modelo de partilha da produção de petróleo no pré-sal tenha a votação concluída e seja encaminhado ao Senado. O texto básico da lei foi aprovado na noite de quarta-feira.

A emenda pendente de apreciação, apresentada pelos deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Humberto Souto (PPS-MG), propõe que todos os recursos com a cobrança de royalties e participação especial na exploração de petróleo sejam divididos por igual entre os Estados e municípios, após descontada a parte destinada à União.

O líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS), reconheceu que a proposta agrada vários deputados porque garante mais recursos aos Estados não produtores, mas ponderou que a emenda poderia levar a uma "guerra federativa" no Congresso. "Uma mudança brusca e muito forte na questão dos royalties poderia levar a um impasse no plenário, ou no próprio Senado, e o Brasil ficaria sem o novo marco regulatório."

Para Fontana, a proposta de divisão das receitas do pré-sal acertada com o Palácio do Planalto, e incluída no projeto pelo relator da matéria, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), já garante uma distribuição equilibrada dos recursos. "Aumentou-se de maneira significativa os recursos dos Estados que pouco ou nada recebiam e se manteve a arrecadação dos Estados confrontantes (produtores) e municípios confrontantes."

Para o líder da bancada do PT na Câmara, Cândido Vaccarezza (SP), além dos argumentos apresentados por Fontana, outro fator também deve ser considerado pelos deputados na avaliação da emenda. "O projeto não é constitucional. Corre-se o risco de aprovar e ficar sem nada porque o presidente Lula vai vetar."

Representantes dos Estados produtores argumentam que a Constituição garante tratamento diferenciado para as regiões que produzem petróleo, já que os royalties representam uma compensação pelos danos ambientais causados pela extração e movimentação do produto. A divisão proposta por Ibsen e Souto não respeitaria essa distinção.

Se o governo conseguir derrubar a emenda e concluir a votação do projeto da partilha na terça-feira, a proposta será encaminhada ao Senado ainda na próxima semana, disse Fontana. Na volta do recesso parlamentar, em fevereiro, a base aliada na Câmara terá de aprovar os projetos de capitalização da Petrobrás e da criação do Fundo Social, enquanto os senadores iniciariam as discussões sobre a partilha e o projeto que cria a Petro-Sal.

FRASES

Henrique Fontana
Líder do governo na Câmara
"Uma mudança brusca e muito forte na questão dos royalties poderia levar a um impasse"

Cândido Vaccarezza
Líder do PT na Câmara
"Corre-se o risco de aprovar e ficar sem nada porque o presidente Lula vai vetar"

Justiça pode decidir royalties (O Estado de SP) 11/12/09

Procurador-geral poderá entrar com ação no STF

Denise Madueño, BRASÍLIA

A disputa pela divisão dos royalties, que tem travado, na Câmara, a aprovação do novo marco regulatório do pré-sal, poderá ser decidida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O deputado Flávio Dino (PCdoB-MA) pediu ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que entre com ação no STF para estabelecer direitos iguais para todos os Estados e os municípios na divisão dos recursos.

A ação tem o mesmo objetivo da emenda apresentada pelos deputados Humberto Souto (PPS-MG) e Ibsen Pinheiro (PMDB-RS): distribuir os royalties do petróleo produzido no mar para todos os municípios e Estados, de acordo com as regras adotadas para a transferência de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

A votação, na Câmara, do projeto que estabelece o regime de partilha da produção, o mais importante das quatro propostas que criam o novo marco regulatório do pré-sal, só será concluída quando essa emenda for apreciada pelos deputados, o que deve ocorrer na semana que vem. A proposta colocou em confronto as bancadas de Estados considerados produtores e confrontantes (caso em que o litoral está defronte das reservas petrolíferas) e os Estados não produtores.

Ele afirma, na representação, que o petróleo, quando em águas da plataforma continental, é de propriedade da União, e deve beneficiar todos os Estados e municípios. Ele diz que a Lei do Petróleo de 1997, que criou o conceito de Estado e de município confrontante, criou um privilégio inconstitucional. "Estou pedindo que o Supremo decida se essa ficção de Estados confrontantes, criado para justificar privilégios, é compatível com a Constituição."

Os velhos e conhecido modelos se quebraram. É preciso rever tudo

Dez lições para o Brasil tirar proveito no pós-crise (Valor Econômico) 11/12/09

Antonio Corrêa de Lacerda

A crise serviu para testar nossa capacidade de reação e quebrar paradigmas

Decorrido o primeiro ano após o auge dos efeitos da quebra do Lehman Brothers, o que fez aflorar a maior crise do capitalismo mundial dos últimos 70 anos, é importante destacar as lições daí emanadas. Especialmente para o Brasil, a crise serviu para testar nossa capacidade de reação e quebrar paradigmas.

A primeira lição é que a qualidade da inserção externa é determinante para a melhora dos indicadores de vulnerabilidade e de solvência externa. Somente países com baixo grau de exposição do seu balanço de pagamentos tiveram autonomia para redefinir suas políticas econômicas domésticas. Possuir um nível confortável de reservas, pelo menos equivalente ao total dos passivos externos de curto prazo, é um poderoso antídoto na crise. A despeito das críticas que destacavam o custo fiscal da acumulação de reservas cambiais, elas foram e têm sido fundamentais para evitar maior volatilidade da economia.

A segunda lição importante é que um mercado interno robusto faz diferença quando há um desaquecimento global. O mercado doméstico, que no caso brasileiro responde por 85% do valor agregado, representa um importante ativo. Todos os países que possuem um mercado interno relevante e em expansão, como é o caso dos países em desenvolvimento, tiveram um amortecedor para o colapso do comércio internacional.

Terceira, é crucial possuir bancos públicos para agir contracíclicamente e oferecer crédito e financiamento para a economia. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, assim como bancos estaduais, representaram um contraponto à contração do mercado de crédito privado.

A quarta lição foi dada pelas empresas brasileiras que, vacinadas contra crises, não se deixaram levar pela precipitação. Ao mesmo tempo que promoveram ajustes de curto prazo, elas não perderam o foco estratégico de longo prazo. Isso fez com que mantivessem basicamente os seus planos de investimento, embora inevitavelmente tivessem que ajustar os desembolsos.

A quinta lição advém da questão tributária. Foi possível ampliar a demanda de bens duráveis com a redução da tributação por unidade. O que deveríamos levar mais em conta é a elasticidade da demanda em face de uma redução da tributação unitária. Isso vale não apenas para bens duráveis, mas para outros tipos de bens, cuja demanda poderia ser estimulada, inclusive com fator distributivo de renda, especialmente nos bens de salário (alimentos, bebidas, calçados, vestuário etc.), sem que isso atrapalhe a arrecadação tributária, uma vez que o volume seria aumentado.

A sexta vem dos estímulos fiscais. É muito importante expandir o gasto fiscal, especialmente em investimentos e na área social, porque isso estimula a demanda, ao mesmo tempo em que evita o agravamento da crise social e seus efeitos. O desafio continua sendo o da melhora da eficácia dos gastos públicos correntes e do aumento dos investimentos em infraestrutura econômica e social, porque eles são balizadores e multiplicadores dos investimentos privados.

A sétima lição vale para a política monetária. O Banco Central agiu no início da crise de forma equivocada, na contramão do mundo, elevando os juros básicos, depois relutando em reduzi-los porque estava olhando o inimigo errado - uma hipotética pressão inflacionária de demanda. Aos olhos de hoje isso parece loucura, mas quem se der ao trabalho de ler as atas das reuniões do Copom do final do ano passado vai se deparar com a questão. O cenário do ano que vem, com a forte retomada prevista vai nos dar uma nova oportunidade. Ou de repetir o erro, ou avançar e testar novos limites para o tal "juro de equilíbrio" ?

A oitava lição vem do câmbio. É um erro deixar a moeda apreciar-se, em meio a uma discussão etérea sobre as suas causas. Para além das causas, embora seja importante detectá-las, é preciso agir logo para evitar os efeitos da desindustrialização. Daí a necessidade de rever a estrutura da regulação e da política cambial, que sempre foi concebida para a convivência com a escassez de divisas, e não com a sua abundância, como é o caso presente e futuro da economia brasileira.

A nona lição vem da importância da credibilidade e capacidade de comunicação do governo. Particularmente o papel do presidente Lula, destacando a importância de que as empresas mantivessem seus investimentos e o nível de emprego e aos consumidores que sustentassem a demanda, foi fundamental para a continuidade das atividades.

A décima e última, mas nem por isso menos importante lição é o rompimento de paradigmas. O cenário internacional e doméstico exige a revisão de paradigmas que impõem pseudolimites para a redução das taxas de juros reais, do PIB potencial e de muitos outros aspectos. Qualquer parâmetro de potencial de crescimento e de possíveis pressões de preços deve levar em conta as condições de saída de ociosidade da indústria local, também que projetos de investimentos de aumento da capacidade permanecem em execução, que há em muitos casos excesso de oferta no mercado internacional.

Antonio Corrêa de Lacerda é professor-doutor da PUC-SP, é doutor pelo Instituto de Economia da Unicamp, ex-presidente do Cofecon e da Sobeet e autor de vários livros. Foi um dos ganhadores do Prêmio Jabuti, em 2001, com "Desnacionalização" (Editora Contexto). E mail aclacerda@pucsp.br

De Olho na Bolsa:

Ações da Eletrobrás sobem 34% no mês (Valor Econômico) 11/12/09

Daniele Camba

As ações de energia elétrica vêm ganhando destaque nos pregões deste mês. Para se ter ideia, os dois papéis da Eletrobrás lideram os ganhos do Índice Bovespa em dezembro. As preferenciais (PN, sem voto) série B acumulam valorização de 34,15% e as ordinárias (ON, com voto), de 33,62%. Outras elétricas estão na mesma situação. As PNB da Celesc sobem no mês 16%, as PNB da Copel, 15%, enquanto as PN da Cemig e as ON da CPFL registram altas de 14,29% e 13,58%, respectivamente. Ontem, esse movimento continuou, especialmente na Eletrobrás. As ON da estatal subiram 7,34% e as PNB, 4,62%, novamente entre as líderes do Ibovespa.



Ontem, especificamente, o motivo da alta foi a assinatura pelo presidente da República da Medida Provisória 466, que trata da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) dos sistemas de geração de energia. Com essa MP, as subsidiárias da Eletrobrás passam a receber recursos para pagar a diferença entre o custo de geração e a venda efetiva de energia. "Essa regulamentação vai beneficiar diretamente o balanço da Eletrobrás", diz o gerente de renda variável da Modal Asset Management, Eduardo Roche.

Isso porque, até então, as subsidiárias da Eletrobrás tinham perdas, que se refletiam nos números finais da estatal. Agora, com a reversão desse cenário nas controladas, o balanço da controladora também melhorará. Os cálculos variam muito, mas o consenso é de que os ganhos serão significativos para a Eletrobrás. Alguns analistas acreditam que haverá um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (lajida) adicional de R\$ 1,5 bilhão ao ano. Outros, mais otimistas, estimam até R\$ 2,6 bilhões a mais ao ano, lembra o gerente da Modal Asset.

Mudanças importantes

A MP 466 não é a única notícia positiva para o setor elétrico. "Desde o início do ano, a Eletrobrás vem dando claros sinais de evolução na sua gestão; o mercado espera que, de fato, ela se torne a Petrobras da energia elétrica, algo que o governo vem dizendo que vai acontecer há algum tempo", diz Roche. Várias medidas estão sendo adotadas nesse sentido. No mês passado, por exemplo, o conselho de administração da Eletrobrás aprovou o aumento de capital de R\$ 11,7 bilhões em suas subsidiárias. Com essa medida, a estatal acaba com boa parte da dívida de suas companhias, fazendo com que elas economizem cerca de R\$ 2 bilhões por ano em juros que pagavam para a própria Eletrobrás. A estatal deixará de ganhar esse dinheiro. No entanto, é dona de companhias muito mais saudáveis, o que deve significar o recebimento de dividendos de cerca de R\$ 30 bilhões nos próximos dez anos.

Voltando um pouco mais no tempo, a Eletrobrás passou de credora à acionista em empresas de distribuição no Norte e no Nordeste do país. Agora ela centralizou a gestão dessas companhias, o que trouxe ganhos de sinergia e melhorias relevantes na administração. "Isso deve reduzir os prejuízos dessas empresas e, conseqüentemente, trazer reflexos positivos dentro do balanço da Eletrobrás", observa Roche.

A pedra no sapato

A pedra no sapato da estatal são os históricos dividendos atrasados, uma verdadeira novela mexicana. Muitos minoritários já dão esse dinheiro por perdido. Para a Empiricus Independent Research, a companhia pagará os dividendos em breve e, em seguida, deve começar uma profunda reestruturação separando os ativos ruins dos bons. O que eles chamam de "boa Eletrobrás" entraria no Novo Mercado, com boa geração de caixa e melhor governança. A conferir.

O Ibovespa ontem fechou em alta de 1,05%, aos 68.728 pontos. Essa é a nova pontuação máxima do ano e a maior também desde 9 de junho do ano passado, quando o indicador fechou aos 69.281 pontos.

Daniele Camba é repórter de Investimentos

E-mail: daniele.camba@valor.com.br

Energia:

Leilão vai definir futuro da geração eólica no país (Valor Econômico) 11/12/09

Josette Goulart, de São Paulo

Uma das maiores empresas que produz pás eólicas no mundo fica hoje em Sorocaba, no Estado de São Paulo. Apesar disso, a Tecsis não tem nenhuma das suas pás sendo usadas em parques eólicos no Brasil. A expectativa é de que isso mude a partir de segunda-feira, quando acontece o primeiro leilão de energia eólica no país e, a depender da quantidade de megawatts (MW) a serem leiloados, os negócios podem começar a se firmar. "No Brasil teríamos uma posição imbatível, pelo poder para atender os clientes", diz o presidente da Tecsis, Bento Koike.

A expectativa não é só da Tecsis, mas de toda a indústria de equipamentos e dos empreendedores que reivindicam um programa do governo de leilões de eólicas, pelo menos a cada dois anos. Por enquanto só está marcado o evento de segunda-feira, e a competitividade ainda é dúvida. Projetos com cerca de 10 mil MW foram habilitados para o leilão, mas nem todos os empreendedores depositaram garantias para participar da disputa. A empresa portuguesa EDP, por

exemplo, que vinha mostrando todo o apetite para fincar pé nesse mercado não depositou as garantias e não vai concorrer no leilão. Outras empresas importantes como a CPFL e a Cemig também são dúvida. Elas foram procuradas pelo jornal mas não quiseram confirmaram se pretendem participar.

Também existe a dúvida de quanto o governo irá contratar de energia. O diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner, diz que não se pode comprar demais como aconteceu no Proinfa, que contratou 1.600 MW a R\$ 250, a valores já corrigidos. A expectativa da associação das eólicas era de que o governo contratasse cerca de 2.000 MW, o que geraria investimentos da ordem de R\$ 5 bilhões. O preço-teto desse leilão é de R\$ 189 e foi um dos motivos que levou a EDP a desistir de participar. Hubner explica que é importante que o governo vá com calma nessa área, pois as tecnologias vão se aprimorando e a tendência é que o custo dessa energia cai no futuro.

Mark Argar, diretor-geral da empresa australiana Pacific Hydro, que comprou alguns parques eólicos que tiveram a energia vendida pelo Proinfa, diz que os custos entre aqueles projetos e os novos caíram 15%. Ele diz que esse primeiro leilão será muito importante para atrair indústrias de equipamentos para o país, mas lembra que o leilão vai acontecer com muitas indefinições. Os custos com transmissão, por exemplo, ainda não são conhecidos pelas empresas que vão participar. De qualquer forma, os australianos vão concorrer com parques eólicos com capacidade de gerar 147 MW.

O presidente da MPX Energia, Eduardo Karrer, diz que de fato o preço de R\$ 189 limita a participação no leilão e só os projetos com maior capacidade de geração terão competitividade. A empresa vai ao leilão com 30 MW de projetos. A MPX tem em seu portfólio uma série de termelétricas, mas entende que é preciso diversificar os negócios em geração.

Uma outra competidora será a Eletrosul, que pretende negociar 90 MW. Seu presidente, Eurides Luiz Mescolotto, diz que a empresa está se preparando para ser uma das grandes em geração de energia eólica do país.

As estatais são inclusive apontadas como as grandes competidoras. Na habilitação de projetos, além da Eletrosul, Chesf e Petrobras também cadastraram seus parques eólicos. Apesar das indefinições, o presidente da Abeeólica, Lauro Fiúza, acredita que esse leilão será um marco importante e diz que o governo está se preparando para realizar disputas a cada dois anos, dando assim a medida certa para instalar a indústria eólica no país. O Brasil tem um potencial eólico de 140 GW.

Estratégia: Grupo quer aproveitar grau de investimento da construtora e busca sócios privados e no mercado

Odebrecht prepara empresas para IPOs (Valor Econômico) 11/12/09

Cristiane Perini Lucchesi, de São Paulo

Paulo Cesena, da Odebrecht: empresas, fundos locais, internacionais e inclusive soberanos têm interesse em parcerias. O Grupo Odebrecht pretende dar uma guinada em sua estratégia de atuação e partir em busca de sócios, sempre minoritários, para cada uma de suas empresas. Poderão ser investidores privados estratégicos (empresas parceiras) ou financeiros (fundos de investimento em participações). A empresa pode buscar, ainda, sócios no mercado: a realização de emissões públicas iniciais de ações (em inglês, IPOs) dos "projetos mais maduros" está no radar para 2010, informou ontem ao Valor Paulo Cesena, diretor financeiro da holding.

"Estamos fazendo toda a lição de casa, deixando as empresas prontas para aproveitar as oportunidades do mercado quando elas se apresentarem", afirmou Cesena, que não descarta novidades já no primeiro semestre do ano. Segundo ele, o grau de investimento que a Construtora Norberto Odebrecht, uma das empresas do grupo, obteve ontem da Moody's ajuda a impulsionar esse movimento. "É um selo de nossa solidez financeira e portanto um atrativo a mais para atrair investidores para nossos projetos", afirma Cesena.

Hoje, entre as sete empresas principais do Grupo Odebrecht, apenas a Braskem, que investe no setor químico e petroquímico, tem ações negociadas em bolsa, em São Paulo, Nova York e Madri. A ETH Bioenergia, que produz álcool combustível, energia elétrica e açúcar a partir da cana também não é controlada 100% pela Odebrecht. O Sojitz, grupo japonês especializado na comercialização de commodities, tem 33% da empresa. Mais recentemente o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) adquiriu 27% da Foz do Brasil, empresa de engenharia ambiental, abastecimento de água e tratamento de resíduos do grupo.

Mas quatro outras empresas - a construtora, a companhia de óleo e gás, a empresa de realizações imobiliárias e a de investimentos em infraestrutura (transporte e logística, no Brasil e fora dele, por meio de parcerias públicos-privadas e concessões) são todas de capital 100% do Grupo Odebrecht.

"Temos visto muito interesse de empresas parceiras, fundos locais, internacionais e inclusive soberanos em participar de nossos negócios, acreditando no setor de infraestrutura no Brasil", conta Cesena. Para ele, o próprio grau de

investimento conseguido pela construtora, com a nota "Baa3" da Moody's, reflete a confiança no futuro da empresa e no crescimento do país.

Segundo ele, mesmo sendo uma empresa fechada, a construtora tem procurado desenvolver uma área de relações com os investidores em seus títulos, e buscando maior transparência, sob a responsabilidade de Mario Augusto da Silva, gerente financeiro. As outras empresas do grupo também têm conselhos de administração separados, marcas e equipes próprias e balanços específicos.

Cesena lembrou que a construtora conseguiu captar em outubro por meio de eurobônus um total de US\$ 500 milhões por dez anos no mercado externo com juros de 7% ao ano, o menor de sua história. O grau de investimento vai reduzir ainda mais esse custo de captação, diz. Mas os R\$ 30 bilhões em investimentos com os quais o grupo se comprometeu nos últimos três anos já estão financiados, disse. Muito mais está por vir, entretanto, e sócios serão bem-vindos. Ele citou como exemplo as 28 sondas de perfuração que a Petrobras vai licitar, processo do qual a Odebrecht quer participar com parceiros.

Contas públicas: Arrecadação de impostos também cresce pela disseminação da substituição tributária

Recuperação da atividade ajuda caixa estadual (Valor Econômico) 11/12/09

Paola de Moura, César Felício e Sérgio Bueno, do Rio, Belo Horizonte e Porto Alegre

Joaquim Levy, da Fazenda do Rio: "Os Estados viraram ótimos parceiros, o que tem ajudado a aumentar a arrecadação" A retomada da economia, sustentada pelo mercado interno, já começou a ajudar as finanças estaduais. No bimestre outubro-novembro, os maiores Estados do país registraram arrecadação expressiva - e recorde em alguns casos. Além do aquecimento da atividade, a mudança na metodologia de arrecadação ajudou o caixa estadual. Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, entre outros, creditam à substituição tributária parte do crescimento da arrecadação. O aumento nominal de arrecadação varia de 4% a mais de 8% - em alguns Estados, superou a inflação, indicando ganho real nas contas estaduais.

No Rio, a expansão do ICMS em novembro foi de 8,3% em relação a mesmo mês de 2008, atingindo R\$ 1,8 bilhão, o maior valor mensal do ano. O secretário de Fazenda do Estado, Joaquim Levy, explica que os diversos acordos de substituição tributária assinados com Minas, São Paulo e Espírito Santo foram o principal responsável pelo aumento. Setores como autopeças, brinquedos e eletrodomésticos já recolhem o imposto diretamente na fábrica, em substituição ao varejo. "Os Estados viraram ótimos parceiros, o que tem ajudado a aumentar a arrecadação", diz.

Outro setor que também fez a conta do Rio crescer foi o elétrico. No início de novembro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou aumento de 2,01% nas tarifas residenciais, e de 2,48% a 4,61% nas indústrias atendidas pela Light, maior distribuidora do Rio. No acumulado em 11 meses, o ICMS chega a R\$ 16,8 bilhões, alta de 3,9% sobre 2008.

Com uma fiscalização mais presente, o Rio também conseguiu aumentar em 20% a arrecadação com o IPVA - os 50 mil maiores devedores foram colocados na dívida ativa - e elevar em 14% a receita com o ITD, imposto sobre doações e heranças. Segundo o secretário, isso foi possível devido a mudança na legislação, que permitiu a herdeiros resolver problemas de partilha ou espólios em cartórios.

Para 2010, Levy espera que a arrecadação aumente entre 6% e 7%, em função do crescimento da economia e também de um aperto na fiscalização de combustíveis, dirigida aos postos que recebem o produto, principalmente álcool, de distribuidoras que têm mandados de segurança para não pagar ICMS na origem.

Na Bahia, a arrecadação do imposto também foi recorde. Com crescimento de 6,2% em novembro em relação a igual mês de 2008, o Estado recebeu R\$ 902,5 milhões. Os setores nos quais houve maior recolhimento foram comércio, com R\$ 329,8 milhões (19,98%), e serviços, com R\$ 217,5 milhões (6,66%). Apesar de a indústria ainda não chegar no nível esperado, com arrecadação de R\$ 355 milhões, o segmento da agroindústria cresceu 93,6%, e o de mineração e derivados, 11,19%.

O Rio Grande do Sul também foi beneficiado pelos protocolos de substituição tributária. O crescimento do ICMS foi de 4,3%, atingindo em novembro R\$ 1,419 bilhão. Segundo o secretário da Fazenda, Ricardo Englert, a trajetória reflete a recuperação geral da economia pós-crise e também a inclusão de novos segmentos econômicos, como o de materiais de construção, no regime de substituição tributária, a partir de setembro.

No acumulado em 11 meses, o Rio Grande do Sul arrecadou R\$ 13,661 bilhões com ICMS, 0,27% a mais do que em igual período de 2008. Até outubro, o resultado estava negativo em 1,8%. Apesar da recuperação, a receita com o tributo

segue abaixo do previsto. Em novembro, o imposto ficou R\$ 33 milhões aquém das projeções, e no acumulado do ano, a queda chegou a R\$ 792 milhões. Para dezembro, a previsão preliminar atualizada é de receita de R\$ 1,360 bilhão, R\$ 23 milhões a menos do que o orçamento original.

Se a projeção se confirmar, o Estado fechará o ano com arrecadação de R\$ 15 bilhões em ICMS, pouco mais de R\$ 800 milhões abaixo do previsto. Junto com a redução de repasses da União, o desempenho frustrou boa parte do investimento de R\$ 1,25 bilhão programado pelo governo com recursos do Tesouro em 2009, que agora não devem passar de R\$ 600 milhões.

Para 2010, o orçamento prevê receita de R\$ 17 bilhões com ICMS, em função das perspectivas de crescimento da economia. De acordo com o secretário do Planejamento, Mateus Bandeira, a projeção pode ser até superada, porque foi feita em cima de cenário de crescimento de 4,5% para o PIB - agora, os economistas já falam em expansão maior.

Após sequência de nove meses de queda consecutiva da arrecadação do ICMS em relação ao mesmo mês do ano passado, a receita em Minas Gerais começou a crescer com força em outubro, e em novembro bateu o recorde nominal, atingindo R\$ 2,073 bilhões, ou R\$ 105 milhões a mais do que o registrado em novembro de 2008.

A reação em Minas veio do comércio atacadista - que recolheu R\$ 407,1 milhões em outubro, ante R\$ 366,8 milhões no mesmo mês de 2008, graças, em parte, aos acordos de substituição tributária - e do consumo de energia elétrica, cujo recolhimento passou de R\$ 181,8 milhões para R\$ 194,5 milhões no acumulado em 12 meses. Na indústria, o resultado ainda é negativo - a arrecadação de novembro foi de R\$ 1,083 bilhão, resultado 4,6% inferior a outubro.

Este ano, a arrecadação mineira parou de cair mês a mês em abril, quando subiu de R\$ 1,604 bilhão para R\$ 1,719 bilhão, mas a recuperação foi lenta. Somente em outubro, ao atingir R\$ 2,042 bilhões, superou o registrado em igual época no ano anterior - alta de 0,9%. No acumulado do ano, há uma perda de receita de 5,3%. Demonstraram vitalidade a indústria automotiva e de material de transporte, cujo recolhimento subiu de R\$ 137 milhões para R\$ 168 milhões no período, e a produção de combustíveis, setor em que a receita com ICMS passou de R\$ 306 milhões para R\$ 323 milhões.

No Paraná, a arrecadação foi fortalecida pelo Refis. O mês de novembro fechou com R\$ 1,091 bilhão, alta de 7% em relação ao R\$ 1,011 bilhão de igual mês de 2008. Do total arrecadado em novembro, R\$ 17 milhões foram em função do Refis.

O Estado de São Paulo ainda não divulgou os números de novembro. Em outubro, ao contrário de grande parte do país, a arrecadação de ICMS não mostrou recuperação. A variação foi negativa em 4,1%, e arrecadação ficou em R\$ 7,15 bilhões. No entanto, os dados já mostravam recuperação da indústria, cujos recolhimentos cresceram 10,5% em função da expansão de 3,3% nas vendas dos setores. Procurada, a Fazenda paulista não comentou a queda de outubro.

A retração maior em São Paulo ocorreu na importação, que teve queda na arrecadação de 37,5%, o que contribuiu de forma decisiva no resultado de outubro. Contas feitas pelo secretário de Fazenda do Rio, Joaquim Levy, com base no extrato do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), divulgado no site do BC, dão conta que a arrecadação do Estado de São Paulo deve crescer 5,6% em relação a novembro de 2008. (Colaborou Marli Lima, de Curitiba)

Agroenergia:

BNDES emprestará R\$ 6 bi para usinas (Valor Econômico) 11/12/09

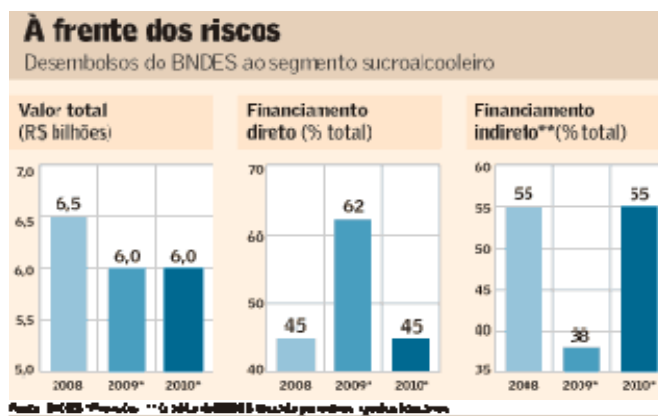
Fabiana Batista, de São Paulo

Até o momento com R\$ 4,5 bilhões em sua carteira sucroalcooleira para 2010, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) olha para o próximo ano com otimismo. Os fundamentos positivos para açúcar, combustíveis renováveis e bioenergia aliados à expectativa de retomada do crescimento econômico sustentam essa perspectiva. Carlos Eduardo de Siqueira Cavalcanti, chefe do departamento de Biocombustíveis do BNDES, espera em 2010 pelo menos repetir o volume de recursos injetados no setor este ano. Isso quer dizer desembolsar mais R\$ 6 bilhões.

Durante a crise, o banco de fomento teve que ocupar parte do vácuo deixado pelas instituições financeiras, que ficaram mais avessas a riscos. Após setembro de 2008, mês da quebra do banco americano Lehman Brothers, o BNDES entrou agressivamente assumindo riscos e passou a deter nos 12 meses seguintes 62% do financiamento direto às usinas, ou seja, sem a intermediação e assunção de risco de outros agentes financeiros.

Historicamente, os financiamentos diretos do banco ficam no patamar de 45% do desembolso total. "Ao longo de 2010 essa distribuição do risco voltará aos níveis anteriores", diz Cavalcanti.

Até a primeira semana de dezembro, os desembolsos de 2009 somaram R\$ 5,7 bilhões, valor que deve atingir, segundo ele, a casa dos R\$ 6 bilhões até o fim do mês. Os atuais R\$ 4,5 bilhões em carteira para o ano que vem se referem a projetos que iniciaram o trâmite no banco ao longo dos últimos dois anos, na época do chamado "boom" do etanol e, cuja operação neste momento já foi contratada ou aprovada.



Os R\$ 1,5 bilhão adicionais para fechar a conta de 2010 devem entrar na carteira de desembolsos ao longo do novo ano. Depois de um ano e meio praticamente sem ter demandas novas de financiamento para o segmento sucroalcooleiro, o BNDES voltou a receber no terceiro e no quarto trimestres de 2009 novas consultas que, atualmente, somam R\$ 1,6 bilhão (entre cartas consultas e projeto enquadrados).

"O setor vinha de certa forma antecedendo a crise mundial. Os projetos começaram a ser postergados na virada de 2007 para 2008. Agora, as intenções de investir estão voltando", afirma o representante do BNDES.

Ainda que os desembolsos para 2010 se mantenham estáveis em relação a este ano, a maior parte deles deve incorporar melhorias nas usinas já existentes. "Os projetos novos (greenfields) devem crescer do final de 2010 para 2011", avalia Sérgio Leme, presidente da Dedini Indústria de Base, de Piracicaba (SP). Para ele, até mesmo por conta do forte movimento de consolidação em curso, é razoável que os grandes players busquem, em um primeiro momento, melhoria dos ativos adquiridos.

"Uma vez que se comprou a usina, o foco é fazer investimento de curto prazo, modernizar os ativos para que eles tragam o melhor resultado", acrescenta o presidente da Dedini, que, em sua carteira sucroalcooleira para 2010, tem de 25% a 30% de projetos de usinas novas.

Cavalcanti, do BNDES, concorda que a consolidação de usinas ajudou a reestruturar financeiramente o setor. Sem citar números, ele garante que a inadimplência de usinas é baixa no banco. "Nas operações indiretas, acompanhamos as renegociações do setor com os bancos comerciais. Como trata-se de um processo muito dinâmico, é difícil ter uma posição numérica. Mas, certamente, corrigir esses indicadores de alavancagem vai demorar mais um tempo", diz.

Apesar desse cenário, o desafio de injetar em um ano mais R\$ 6 bilhões em um setor altamente alavancado é visto com otimismo pelo executivo. "Os balanços de safra vão refletir positivamente os preços do açúcar. Além disso, não podemos esquecer que a política do BNDES é de avaliar o negócio em uma perspectiva de longo prazo. Somente 25% da frota de veículos do país é flex-fuel. Há espaço para crescer".

Os desembolsos de 2009 tiveram praticamente o mesmo perfil dos realizados em 2008. Dos R\$ 5,7 bilhões até dezembro, R\$ 3,1 bilhões foram para produção de etanol (ante R\$ 3 bilhões em 2008) e R\$ 1,6 bilhão para açúcar (contra R\$ 1,8 bilhão em 2008). Os financiamentos para co-geração de energia recuaram de R\$ 854 milhões para R\$ 395 milhões e os de cultivo de cana-de-açúcar se mantiveram estáveis na casa dos R\$ 600 milhões.

Lula sugere que partido indique três nomes para vice (Valor Econômico)

11/12/09

Folhapress, de São Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sugeriu ontem que o PMDB indique três nomes para a ministra e pré-candidata à Presidência Dilma Rousseff (Casa Civil) escolher o candidato a vice. Segundo ele, o PMDB tem todo o direito de "exigir" a vaga de vice porque é o maior partido aliado, mas não deve impor somente um nome.

"O correto não é nem o PMDB impor um nome só. O correto é o PMDB discutir dentro do PMDB, indicar três nomes para a ministra Dilma para que ela possa escolher, porque isso é que nem casamento. Quem vai casar com o vice é a candidata, e você não pode empurrar para ela alguém que não tem afinidade com ela porque aí será discórdia total", afirmou o presidente em entrevista às rádios Mirante e Educadora, de São Luís (MA).

Questionado se o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e o ministro Edison Lobão (Minas e Energia) seriam bons candidatos a vice de Dilma, Lula disse que ainda é muito prematuro discutir nomes, "seja quem quer que seja". Porém, ressaltou que Temer e Lobão têm vida política "comprovada e aprovada".

Apesar de sugerir um nome do PMDB, o presidente ressaltou que quem deve escolher o candidato vice é Dilma. "O vice tem que ter muita afinidade com o titular", afirmou, ao adiantar que não estará presente no processo de escolha do vice "para não atrapalhar".

Mais cedo, durante discurso em cerimônia de assinatura de contratos do programa Minha Casa, Minha Vida, o presidente Lula falou um palavrão após ressaltar que nenhum outro governo investiu tanto em saneamento básico.

"Eu não quero saber se o João Castelo [prefeito de São Luís, do PSDB] é do PSDB, não quero saber se o outro é do PFL [DEM], não quero saber se é do PT. Eu quero saber se o povo está na m... e eu quero tirar o povo da m... em que ele se encontra. Esse é o dado concreto", disse Lula, que foi aplaudido pelo público que acompanhava a cerimônia.

Logo após a manifestação do público, o presidente reconheceu que falou um palavrão e disse que a imprensa vai repercutir sua declaração.

"Lógico que falei um palavrão aqui. Amanhã (hoje), os comentaristas dos grandes jornais vão dizer que o Lula falou um palavrão, mas eu tenho consciência que eles falam mais palavrão do que eu todo dia e tenho consciência de como vive o povo pobre desse país", afirmou.

Aon Corp usa Brasil como modelo mundial (Valor Econômico) 11/12/09

Altamiro Silva Júnior, de São Paulo

Macedo, CEO da Aon Affinity: "O Brasil virou um laboratório para a Aon"

Quando saiu do Bradesco para fundar a Pillar Corretora de Seguros, em 1993, José Carlos Macedo não sabia que o modelo de venda de seguros massificados que ajudou a criar no Brasil iria despertar o interesse da Aon, maior corretora de seguros do mundo. Em 1998, a empresa comprou Pillar.

Também não sabia que, 15 anos depois, seria um dos cinco membros do "board" mundial da Aon, com sede em Chicago, e que suas ideias seriam implementadas em outros países.

A Aon Affinity Latin America, com sede em São Paulo e comandada por Macedo, anuncia hoje um novo modelo de negócios. Focada na venda de seguros massificados, vai passar por sua maior mudança internacional e se tornar uma consultoria em venda de produtos mais populares e vendidos em grande escala.

Tudo isso começou a ser desenhado no Brasil neste ano. Há dois meses, Macedo foi a Chicago e recebeu aprovação da matriz. "O Brasil virou um laboratório para a Aon", diz o executivo.

Tudo começou no início dos anos 90, quando Macedo viu os milhões de dólares que a venda de seguros massificados movimentava nos Estados Unidos. Lá é comum a venda de apólices com preços baixos em parcerias com associações de

classe e sindicatos. Macedo viu o sucesso desse modelo e tentou reproduzir a estratégia aqui quando fundou a Pillar. Não deu certo. Algumas dessas entidades tinham muita interferência política, pouca visão comercial. Os negócios não foram pra frente.

Em 1998, na época da privatização da teles e do setor elétrico, o corretor viu a oportunidade para a venda de seguros massificados. Firmou parceria com as empresas que estavam comprando as estatais para ter acesso aos seus clientes. Segmentou a base e ofereceu apólices de acordo com o perfil de cada grupo de consumidor, sempre a preços baixos, oferecidos junto com a conta de luz ou telefone e uma seguradora por trás. A Ace e a Chubb foram as pioneiras no país.

A estratégia deu tão certo que a Aon se interessou pelo modelo. Em 1998 comprou a Pillar e transformou a corretora em Aon Affinity do Brasil. Macedo virou seu presidente. Mais de seis anos depois e quase 10 milhões de clientes na carteira, o modelo começou a ser exportado para a América Latina. Foi para o Chile, Peru, Colômbia, México e Argentina. Macedo foi promovido a presidente da Aon Affinity Latin America.

Em 2007, os executivos de Chicago convidaram Macedo para implantar o modelo em outras regiões do planeta. Ásia, Rússia, Ucrânia ganharam estratégia parecidas. Macedo passou a fazer parte do board mundial da Aon Affinity Worldwide, formado por dois americanos, um francês, um holandês e o brasileiro.

"O modelo de negócios focado em massificados da Aon Affinity Latin America é uma referencia para a Aon em todo o mundo", disse ao Valor por e-mail Gregory Case, presidente e CEO mundial da Aon Corp, grupo que faturou US\$ 7,6 bilhões em 2008 e tem 500 escritórios em 120 países. "Estamos atualmente avaliando a replicação desse modelo em outros países, como no leste e centro da Europa."

No novo modelo de negócios, a Aon vai além dos seguros. "Vamos desenvolver projetos de qualquer produto. O primeiro deles foi para uma empresa de telefonia móvel", diz o executivo. Nessa estratégia, a Aon Affinity terá dois tipos de atuação. Pode montar toda a operação de vendas e fazer a gestão do negócio para uma empresa de telefonia, **energia elétrica** ou rede de varejo. Ou pode fazer apenas o projeto e deixar o resto com a empresa.

Novamente, se der certo aqui, a estratégia será levada para outros países. "Após a implementação no Brasil, o próximo passo será a replicação na Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru e El Salvador", afirma Case, o CEO mundial do grupo.

O mercado de massificados, que incluem apólices de vida, acidentes pessoais, perda e roubo de cartão, vem crescendo 20% ao ano, segundo estimativas da própria Aon Affinity. O segmento movimenta R\$ 1 bilhão em prêmios.

A Aon Affinity cresceu 20% este ano, pouco acima da projeção de início do ano (14%). "Foi um de nossos anos mais fracos", diz Macedo. A corretora vinha crescendo na casa dos 30%, percentual previsto para 2010. Segundo o executivo, a crise provocou perda de clientes e queda nas vendas.

Para 2010, a Aon planeja entrar em novos segmentos. Um deles é saúde. "Estamos fechando a aquisição de uma operadora na área", diz o corretor. Segundo ele, a Aon resolveu esperar a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) regular também das corretoras para entrar no segmento.

A Aon Affinity tem 50 empresas clientes e 90 programas de seguro implantados. O grupo Aon tem no Brasil além da Affinity, a Aon Risk Services (gestão de riscos), Aon Benfield (resseguro) e Aon Consulting (benefícios e recursos humanos).

Reportagem de capa: As questões ambientais fazem com que o carro elétrico tenha mercado promissor, mas a indústria anda com cautela em direção a esse novo horizonte.

O futuro é verde (Valor Econômico) 11/12/09

Por Marli Olmos, de São Paulo

Chevrolet Volt, exposto no American International Auto Show: a General Motors renova ambições com seu carro elétrico, depois da experiência frustrada de 1996

Como numa trama policial, no filme "Quem Matou o Carro Elétrico?" buscaram-se culpados pelo desaparecimento do EV ("electric vehicle"), um automóvel movido a baterias que de fato chegou a ser produzido pela General Motors e vendido na Califórnia em 1996. O documentário aponta quatro suspeitos pelo "assassinato": as companhias petrolíferas, por motivos óbvios; a indústria automobilística, que estaria mais interessada nos lucrativos carrões movidos a combustão; as

baterias, que, além de caras e pesadas, limitavam a autonomia; e o próprio consumidor, que, menos envolvido com a causa ambiental na época, não estava disposto a pagar por um veículo mais caro.

Lançado em 2006, o filme americano causou polêmica por exibir testemunhos de consumidores, políticos, ambientalistas e dirigentes das montadoras. Nos dias de hoje, no entanto, se alguém se interessasse em produzir um filme sobre o mesmo tema a história seria outra. O veículo movido a eletricidade certamente ganharia papel de herói, em substituição ao vilão do motor poluente, acusado como um dos principais responsáveis pelo aquecimento global.

Bloomberg

Smart elétrico, no Frankfurt Motor Show: a solução ambientalmente adequada ainda encontra nos custos e na autonomia os grandes obstáculos para ganhar mercado

A causa ambiental forçou a indústria a acelerar o desenvolvimento de modelos que usam motores movidos a bateria. Os primeiros lançamentos estarão no mercado já no próximo ano. Mas, por enquanto, o carro elétrico só vai circular nas ruas dos países desenvolvidos. Por se tratar de uma tecnologia ainda cara, os primeiros serão vendidos à custa de subsídios governamentais no Japão, Estados Unidos e parte da Europa.

Nos países emergentes, a mudança da propulsão veicular para o sistema a bateria deverá ser mais lenta. Historicamente, países mais pobres costumam ir para o fim da fila quando o assunto é a emissão de poluentes no transporte. Vale lembrar que os caminhões que rodam hoje na Europa seguem regras de emissão que no Brasil entrarão em vigor somente em 2012. As montadoras que produzem e vendem no Brasil são as mesmas que estão na Europa. Mas aqui as empresas tiram proveito de uma legislação mais branda, que elas mesmas ajudam a elaborar.

Em relação aos automóveis, com a estagnação da demanda nos países ricos, a expansão do consumo se voltou para as regiões de renda per capita mais baixa. É nesses mercados que a indústria planeja aumentar as suas vendas. E por isso tem investido na ampliação do parque industrial.

Nesse cenário não há espaço para o carro elétrico, um produto ainda caro, que depende de incentivos que apenas governos dos países ricos se comprometem a oferecer. Mesmo com incentivos, os primeiros modelos movidos a baterias chegarão ao consumidor a preços mais elevados que os os automóveis com motor a combustão.

No caso do Brasil, o elétrico vai demorar mais ainda para chegar. Aqui ele encontra um forte concorrente, o chamado carro flex, que já conquistou espaço na causa ambiental e na indústria. O país se antecipou na descoberta de uma fonte de energia renovável. A descoberta de um sistema que permite o uso de um combustível líquido derivado da cana no mesmo tanque que carrega gasolina consagrou o Brasil e facilitou a vida dos fabricantes. Mas no longo prazo distanciará os brasileiros do modelo de transporte da nova era.

Por um bom tempo, o Brasil, sexto maior produtor de veículos do mundo, deverá se acomodar na solução do etanol. O problema é que o país vai se isolar quando os projetos dos modelos elétricos ganharem fôlego no resto do mundo. Os outros grandes produtores de veículos não têm como explorar o etanol e também já mostraram que não pretendem depender de abastecimento brasileiro.

Hoje, o nível de emissões de um motor movido a álcool é praticamente o mesmo de um a gasolina, segundo os técnicos da indústria. A vantagem ambiental está no ciclo do plantio da cana-de-açúcar, que compensa o dióxido de carbono emitido na combustão. Carro movido a álcool tem hoje o mesmo formato do que roda com gasolina. Mas o modelo elétrico tende a ficar diferente, com o tempo, porque não precisará acomodar as mesmas peças que hoje existem nos modelos que funcionam com motor a combustão.

Apesar das evidências de que sem ele não haverá solução para o aquecimento global, algumas questões ainda conspiram contra o carro elétrico. Uma delas é a dependência de muitas economias na atividade das autopeças. "A indústria metal-mecânica tem sido a base de desenvolvimento de grandes nações desde o final do século XIX, quando substituiu a têxtil", afirma Gustavo Galvão dos Santos, doutor em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

No trabalho "Carro Elétrico, e Revolução Geopolítica e Econômica dos Século XXI e o Desenvolvimento do Brasil", publicado pela revista "Oikos", Santos e mais três pesquisadores em economia e engenharia abordam o natural esvaziamento da indústria de autopeças. Mudar a estrutura do automóvel terá impactos num país como o Brasil, onde a indústria de peças tem mais de 50 anos, ao contrário da China, onde o desenvolvimento do setor automotivo é bem mais recente.

Entre os cerca de 4 mil componentes que compõem um automóvel hoje, centenas estão ligados a um trem de força idealizado para o motor a combustão. São peças fundidas e forjadas, diversos pequenos motores e tudo o que envolve

os equipamentos de transmissão e suspensão. Essa estrutura também alimenta o setor de oficinas de manutenção, que certamente será bem menos complexo na era do carro elétrico.

O automóvel que circula nas ruas hoje também carrega forrações especiais para portas, tetos e capôs, que ajudam a diminuir o ruído do motor. O carro elétrico é silencioso. Não precisa de nada disso. A partir da sua criação, os designers também ganharão mais liberdade.

Mas o custo ainda pesa contra o carro elétrico. Os fabricantes de veículos estão em busca de parcerias para diluir despesas com desenvolvimento de produto. E quando o produto estiver no mercado será preciso contar com subsídios de governos. Um dos primeiros elétricos que devem aparecer no mercado japonês em 2010 é o i-Miev, da Mitsubishi. As primeiras informações dão conta de que o preço desse modelo chegaria a US\$ 47,5 mil. Mas o fabricante espera que o governo ofereça subsídios de pelo menos US\$ 14 mil.

A ajuda dos governos, não apenas com os de bônus na venda do veículo, como também na organização da infraestrutura necessária para carregar as baterias, determinará a agenda dos lançamentos. A Nissan escolheu Portugal, Israel e Dinamarca para a primeira fase de lançamento do seu modelo elétrico, o Leaf, no fim de 2010, porque os governos desses países se comprometeram a dar incentivos e a espalhar os chamados eletropostos. O governo da França já se comprometeu a providenciar um milhão de pontos de recarga até 2015.

Mas o que mais tira o sono das equipes de desenvolvimento do carro elétrico é a limitação da autonomia. Embora as baterias tenham melhorado muito ao longo dos últimos anos, com uma carga completa é possível chegar no máximo a 160, ou 165 quilômetros. "Melhorar a autonomia é um grande desafio", diz o engenheiro Marco Saltini, vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, que representa as montadoras no Brasil. Saltini, um dos executivos mais envolvidos nas discussões sobre emissões e matriz energética no país, diz não ter dúvidas de que o carro elétrico vai chegar. Mas, ao mesmo tempo, ele considera que "é preciso tomar cuidado com o excesso de otimismo" em relação a um produto que, por ser ainda caro, provocará impacto negativo nos mercados. Para o executivo, é bom lembrar o "trunfo que o Brasil sustenta com o etanol, o melhor combustível renovável do mundo".

Os carros elétricos que estão sendo desenvolvidos pela indústria usam, na maioria, baterias do tipo íon-lítio, que podem ser recarregadas em tomadas comuns. O tempo de carregamento é de sete a oito horas. Mas se a tomada for trifásica, é possível completar 80% da carga em meia hora.

Os defensores do carro alimentado por baterias lembram que, em uso urbano, cerca de 80% dos proprietários de automóveis percorrem menos que 70 quilômetros por dia, o que torna o elétrico com a autonomia de hoje ideal. "Mas o que faria um motorista de taxi?", questiona Saltini.

O tempo que levará para que os carros elétricos sejam vistos em grandes quantidades depende de vários fatores. Entre as projeções otimistas consideradas sensatas, o presidente do grupo Renault/Nissan, Carlos Ghosn, estima que, até 2020, 10% dos carros vendidos no mundo serão movidos por baterias.

A origem da energia abre espaço para outra discussão. Para o economista Gustavo Galvão dos Santos, o jogo de forças entre os países deverá ficar mais definido a partir das discussões em Copenhague. Essa nova relação de forças definirá a futura matriz energética mundial - da mesma forma como o monopólio americano no refino do petróleo ditou regras quando os Estados Unidos inventaram a linha de montagem, há 100 anos. Desta vez, porém, pesa também a urgência em resolver o problema do aquecimento global.

Santos lembra que Japão e Europa estão menos ligados aos interesses da indústria petrolífera. Tendem, então, a acelerar mais o processo de lançamento dos veículos elétricos do que os Estados Unidos. Por isso, talvez venham do Japão os lançamentos dos primeiros modelos puramente elétricos, previstos para 2010 (i-Miev, da Mitsubishi, e Leaf, da Nissan), embora quase todas as montadoras tenham projetos prontos.

Nesse cenário, a posição da China é a grande incógnita. Em princípio, os chineses não teriam pressa em usar carros elétricos porque, nesse aspecto, o país está em dívida com o ambiente: o carvão é a principal fonte de energia dos chineses. Mas se a energia elétrica ditar o rumo do transporte mundial daqui para a frente, os chineses já têm um modelo de veículo elétrico para os mais pobres. A montadora chinesa BYD ("Build your dreams") tem pronto um modelo que promete vender por pouco mais de US\$ 20 mil. O preço cai porque as baterias são de ferro. Embora mais pesadas, custam menos.

Mesmo que o Brasil ainda esteja em fase de lua de mel com o etanol, o país também tirará proveito quando o carro elétrico chegar, segundo o engenheiro Leonardo Cavaliere, supervisor de inovações e veículos especiais da Fiat. Ele lembra que, além das usinas hidrelétricas, o Brasil tem a vantagem dos ventos no desenvolvimento da energia eólica e

também potencial como poucos para explorar a energia solar. "O pior ponto de captação de energia solar no Brasil hoje equivale a 60% do melhor ponto da Alemanha, o país que hoje mais explora energia solar", destaca Cavaliere.

O engenheiro da Fiat comanda uma experiência brasileira com carro elétrico. Há dois anos, a usina de Itaipu encomendou 50 unidades do modelo Palio movido com baterias. A entrega do último lote será nos próximos dias. A frota, que serve para uso interno da usina, utiliza uma bateria à base de cloreto de sódio, totalmente reciclável, importada da Suíça. Fã do automóvel elétrico, Cavaliere diz que, ao longo desses dois anos, aprendeu que "uma mudança cultural, que ultrapassa os limites da engenharia automotiva, está a caminho".

É possível também que, por bom tempo, o mundo conviva com dois ou até três tipos de veículos. Isso significa que as cidades teriam modelos movidos a combustão, elétricos e também híbridos. Os dois representantes da indústria no Brasil - Cavaliere e Saltini - preveem que, antes de chegar ao carro elétrico, muitos países que ainda não experimentaram o carro híbrido, como é o caso do Brasil, deverão passar por essa fase.

O carro híbrido é aquele que leva dois motores, um elétrico e outro a combustão. O propulsor a combustão carrega o elétrico e a tração do veículo pode ser feita por ambos ou só pelo elétrico.

O híbrido tem a vantagem da autonomia, já que não é preciso parar o carro para carregar a bateria. Mas está longe da proposta de emissão zero, garantida pelo elétrico. O nível de poluentes desse tipo de veículo cai 40% em relação ao que funciona só com motor a combustão, segundo a indústria. Vale lembrar que nos Estados Unidos, a participação dos híbridos nas vendas não tem passado de 2%. O Prius da Toyota, um dos híbridos mais populares, foi lançado há dez anos. Mas até hoje não chegou no Brasil. Segundo argumentos repetidos pela indústria, a baixa escala não justificaria o alto custo de produção. Agora a Toyota se prepara para lançar o chamado Prius plug-in, que poderá ser carregado na tomada, o que reduzirá o gasto de combustível.

A General Motors se prepara para lançar o modelo Volt no início do ano. O automóvel da GM tem dois motores. Um elétrico e outro que pode funcionar com gasolina (ou mesmo álcool). Apesar de não ser um puro elétrico, o modelo entra nessa categoria porque o motor a gasolina é utilizado somente para a recarga do elétrico, que efetivamente cuida da tração do veículo.

As condições para revolucionar o sistema de transporte existem. A duração da polêmica em torno de cada dificuldade é o que pode retardar as mudanças. O jogo de forças mal começou. No filme "Quem Matou o Carro Elétrico?", um representante da Ford sai em defesa da indústria: "O consumidor quer o carro elétrico, mas não quer pagar por ele; e eu não posso fabricá-lo por menos". No mesmo filme, ex-usuários contam como se sentiram quando os elétricos foram retirados pela indústria das ruas da Califórnia. Entre eles, o ator Mel Gibson questiona: "Quem controlará o futuro? Quem tiver o taco maior".

Sudene destina R\$ 1,5 bi para investir em infraestrutura no Nordeste em 2010 (Valor Econômico) 11/12/09

Genilson Cezar, para o Valor, do Recife

Paulo Sérgio Fontana: Nordeste precisa de uma melhor infraestrutura para sanear deficiências de portos, rodovias e ferrovias

O Nordeste cresce hoje a taxas acima da média nacional, mas continua exigindo fluxos cada vez maiores de investimentos estruturantes - rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, principalmente - para possibilitar o escoamento de sua crescente produção agrícola e industrial, disse ontem, em Recife, o economista Paulo Sérgio de Noronha Fontana, presidente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), durante seminário comemorativo dos 50 anos de criação da instituição, uma realização do Valor, com apoio da Sudene e do Ministério da Integração Nacional.

"O Nordeste fez a diferença no passado, ao contribuir para elevar o nível de renda do trabalhador nordestino, e deve continuar a fazer essa diferença hoje ao atender a a necessidade de financiar projeto estruturantes para modificar a vida de centenas de milhares de pessoas da região", diz o presidente da Sudene, anunciando para 2010 um volume de investimento em obras de infraestrutura da ordem de R\$ 1,5 bilhão.

"Nossa diretriz é a de que para impulsionar o desenvolvimento, a região precisa de fato de uma melhor infraestrutura para sanear deficiências de portos, rodovias e ferrovias. Nossa estratégia é a de investir na complementariedade dos corredores multimodais de logística do Nordeste, na ampliação das ferrovias, provendo melhores serviços de comunicação de dados para todos e na diversificação da matriz energética da região, ampliando a participação de fontes renováveis, de termelétricas, nucleares, reduzindo a dependência de fontes hídricas", afirma. "Temos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), cujos gestores somos nós, que nos vão dar condições de aplicar R\$

1,58 bilhão em 2010. Além disso, a Sudene dita as prioridades do FNE, um fundo constitucional, que contará com recursos de R\$ 8 bilhões em 2010. Trabalhamos em conjunto com o Banco do Nordeste, que é o operador desses recursos, para dar uma guinada nos planos a serem perseguidos para aplicação."

Um dos projetos prioritários é o da construção da ferrovia Transnordestina, com 2,2 mil quilômetros, ligando o município de Eliseu Martins, no Piauí, a Salgueiro, no Pernambuco, com ramais interligando os portos de Pecém, no Ceará, e o de Suape, em Pernambuco, que receberá recursos só da Sudene da ordem de R\$ 2,6 bilhões. "Fechamos o contrato com a Odebrecht, que já iniciou a obra e em 90 dias contará com 7 mil trabalhadores", diz. Além disso, estão previstos novos investimentos na área de energia eólica. Quatro projetos estão previstos no Ceará, com recursos em torno de R\$ 1 bilhão.

Para o presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Roberto Smith, no entanto, antes de colocar todas as forças na construção de um novo ciclo de desenvolvimento, há que se pensar estrategicamente a região. "Por exemplo, é preciso ter uma visão geopolítica de que a Transnordestina deve se estruturar para o Nordeste, em termos de integração com o Sul do País, e não visar apenas sua integração com o Porto de Itaquí, que está dentro do âmbito puro e simples da Vale do Rio Doce", diz.

Segundo ele, é preciso também rever a ideia corrente hoje em dia em relação ao financiamento de energias alternativas. "A questão está mal encaminhadas no que se refere à avaliação de custos e deve ser muito bem discutida o problema da modificidade tarifária", afirma.

Na opinião do presidente do BNB, o turismo nordestino é outro projeto que deve passar por grandes revisões dos agentes políticos e econômicos do Nordeste. "Antes de qualquer coisa, é preciso discutir o problema da aviação regional, um dos principais pontos de estrangulamento da infraestrutura de logística da região. Sem regulação do setor aeroviário regional, o Banco do Nordeste não tem como financiar projetos nessa área, devido ao seu elevado risco financeiro", afirma. "Enfim, é necessário pensar o Nordeste de forma mais decisiva para mudar substancialmente a tendência de nossa debilidade em relação à renda média nacional. Isso requer revisões de caráter tributário e institucionais."

Um projeto que está sendo discutido no BNB, para alterar as estratégias de atuação, segundo Smith, é o da criação de um escritório de projetos do Nordeste, junto com a iniciativa privada. "A intenção é trabalhar de forma complementar os projetos de investimentos, afastando a ideia do banco ser um mero balcão de projetos individuais, que acabam retardando o processo de amadurecimento industrial."

Em relação ao desempenho do BNB ao longo de 2009, Smith destaca que a instituição fechou o ano com aplicações da ordem de R\$ 20 bilhões, diante de R\$ 13 bilhões em 2008, atendendo sobretudo setores carentes de custeio agrícola, apoio à exportação e à fruticultura nordestina. "Isso nos coloca um nível de aplicações de um quinto do total das operações do BNDES", destaca.

Além disso, o banco termina o ano com um saldo de crédito de longo prazo de 67%, e nas operações de curto prazo saiu de 6% em 2008 para 7% em 2009. "Para 2010, estamos nos esforçando para ver aprovado no Senado um aumento de capital em torno de R\$ 1 bilhão, o que vai alavancar um aumento no saldo de aplicações entre R\$ 9 bilhões a R\$ 18 bilhões. Isso deixa o banco com folgas em relação aos requisitos de Basileia nos próximos dois anos", afirma.

Eletróbrás PNB fecha em alta de 4,62% (CanalEnergia) 10/12/09

MPX Energia ON encerra em queda de 3,80%. IEE termina em alta de 1,47%, aos 24.816 pontos

Da Agência CanalEnergia, Noticiário
10/12/2009

A Eletróbrás PNB fechou em alta de 4,62% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta quinta-feira, 10 de dezembro. O setor elétrico registrou outros resultados positivos com a Celesc PNB (3,49%) e a Light ON (3,08%). A MPX Energia ON encerrou em queda de 3,80%, acompanhada pela CPFL Energia ON (-0,38%). O Índice de Energia terminou em alta de 1,47%, aos 24.816 pontos, enquanto o Ibovespa chegou aos 68.728 pontos, com alta de 1,05%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 1,74%
AES Tietê PN: estável
Celesc PNB: 3,49%
Cemig PN: 1,17%

Cesp PNB: 2,86%
Coelce PNA: 2,68%
Copel PNB: 2,77%
CPFL Energia ON: -0,38%
Eletrobrás PNB: 4,62%
Energias do Brasil ON: 0,57%
Equatorial ON: 2,01%
Light ON: 3,08%
MPX Energia ON: -3,80%
Tractebel ON: 0,91%
Terna Participações UNT: 0,24%
Transmissão Paulista PN: 1,77%

Hidrelétrica de Mauá tem negada, pela segunda vez, autorização de construção por deputados estaduais (CanalEnergia) 10/12/09

Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa considerou matéria inconstitucional, pois pedido para implantação foi enviado após início das obras
Da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Paraná negou pela segunda vez a autorização para a implantação da hidrelétrica de Mauá (361 MW). O relator designado, deputado estadual Ademar Traiano (PSDB), entendeu que a matéria é inconstitucional, pois o pedido de autorização para a construção foi enviado à Assembleia após o início das obras. O parecer foi aprovado por sete votos, diante de apenas dois contrários. Traiano solicitou que o projeto seja devolvido ao Executivo e que cópia dos pareceres sejam encaminhados ao Ministério Público para apurar as responsabilidades pelas falhas no processo de autorização para a construção da usina. A hidrelétrica é um projeto entre Copel e Eletrosul, licitado em 2006, com previsão de entrada em operação em janeiro de 2011.

Leilão A-5: cancelamento mostra amadurecimento da política energética, segundo Gesel (CanalEnergia) 10/12/09

Professor Nivalde de Castro destaca que térmicas podem ser negociadas em leilões A-3, por conta de prazos menores de construção
Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

O coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Nivalde José de Castro, classificou como correta a decisão do governo de não realizar o leilão A-5 sem a participação de energia hidráulica. De acordo com o professor, não faria sentido realizar um leilão para construir térmicas para 2014. Ele ressaltou que esse tipo de usina leva menos tempo para ser construída que uma hidrelétrica.

"Termelétrica não precisa de cinco anos para ser construída. Se o leilão é para A-5, é para construir hidrelétrica. Não tem hidrelétrica, a demanda é pequena, adia-se [o leilão]. Eu acho que foi uma medida absolutamente correta. É uma prova da consolidação da política energética, da percepção de que a matriz brasileira está sofrendo uma evolução", avaliou Castro, que participou nesta quinta-feira, 10 de dezembro, do workshop "O presente e o Futuro da Energia Nuclear no Brasil", organizado pelo Gesel/UFRJ, na Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Além disso, Castro destaca que o país tem dado preferência a fontes renováveis, ao contrário de 2007 e 2008, quando foram contratados 6.832 MW de térmicas óleo em leilões de energia nova. Ele disse ainda que, com a realização do leilão de eólicas, previsto para a próxima segunda-feira, 14 de dezembro, o Brasil vai mostrar ao mundo a vocação e a competitividade que tem em relação a sua matriz energética.

O professor avalia que o leilão de energia eólica pode contratar até 3 mil MW. Castro acredita que o certame será competitivo, inclusive por conta da desoneração do IPI anunciado pelo governo na última quarta-feira, 9. "Acho que a competição do leilão vai ser forte porque, com essas medidas, foi reduzido o custo e aumentada a perspectiva de demanda", avaliou.

Entretanto, ele resalta que o fator de carga é inferior a 50%. "Há espaço para contratar 3 mil MW. Como o fator de carga é menor do que 50%, se você comprar 3 mil, você está contratando quase 1,2 mil MW médios porque o fator de carga é 40%", calculou.

Sobre energia nuclear, o professor observou que ela possui um papel importante como opção no futuro da matriz, na medida em que essa fonte reduz a inflexibilidade na medida em que as usinas operam na base, mitigando riscos hidrológicos. Em sua apresentação, o coordenador do Gesel avaliou que a energia nuclear tem externalidades positivas muito importantes e que a discussão sobre o custo-benefício em relação a outros tipos de energia não gera resultados efetivos. Castro disse ainda que a fonte nuclear tem um cluster industrial muito importante, que vai trazer vantagens tecnológicas para o país no futuro.

Copel protesta junto a MME e Aneel contra regras do leilão A-1 (CanalEnergia) **10/12/09**

Térmica Araucária foi inviabilizada pelo preço teto estabelecido, R\$ 100/MWh, e redução da potência habilitada no leilão, diz presidente da empresa
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Copel decidiu registrar protesto junto ao Ministério de Minas e Energia e à Agência Nacional de Energia Elétrica para formalizar contrariedade quanto a forma como foi conduzido o leilão A-1, realizado em 30 de novembro, segundo informações repassadas em primeira mão à Agência CanalEnergia. A empresa pretendia comercializar a energia da termelétrica de Araucária (PR-469 MW), mas não chegou a formular lance.

Segundo Rubens Ghilardi, presidente da Copel, o preço estabelecido para o leilão, R\$ 100 por MWh, não cobria os custos de transporte do gás natural e, além disso, a Aneel habilitou apenas metade da potência disponível na térmica. Para o executivo, a agência "usurpou" atribuição do MME. Com isso, não foi reconhecida a garantia física contratada com a Petrobras, sob forma de um termo de compromisso que assegurava o combustível para operação plena, informou Ghilardi.

De acordo com o presidente da Copel, tais procedimentos mostram que "o atual modelo do setor elétrico, apesar de alguns avanços, ainda é cheio de erros, incoerências e cláusulas pouco ou nada razoáveis". Ghilardi acredita que há uma incompatibilidade entre os marcos regulatórios do gás natural e do setor elétrico, que têm diferenças suficientes para tornarem-se mutuamente inviáveis.

"O MME, em nome da modicidade tarifária, estabelece um preço máximo para a energia térmica incapaz de produzir receitas sequer para pagar a conta do próprio gás, quanto mais para remunerar o investimento feito nas instalações", reclamou Ghilardi, em nota enviada com exclusividade à Agência CanalEnergia. "Já a Petrobras, que tem demanda certa no mercado para o seu gás, não vê razão para reduzir os preços e vendê-lo para as geradoras de eletricidade", continuou.

Como não conseguiu comercializar energia no leilão, a Copel manterá a usina de Araucária alugada à Petrobras até 2011. "Quando renovamos esse contrato, em 2008, prevíamos a possibilidade de a Aneel vir a promover um leilão para a venda de energia térmica disponível em contratos de longo prazo no ambiente regulado", observou Rubens Ghilardi. "Assim, inserimos uma cláusula no contrato que nos permitia rescindi-lo caso obtivéssemos êxito no leilão, o que não aconteceu", explicou.

A empresa vai aguardar posicionamento de MME e Petrobras para definir participação no leilão A-1 de 2010.

Lei do Sistema Isolado entra em vigor com prorrogação da CCC (CanalEnergia) **10/12/09**

Consumidores vão pagar por dois anos queda de arrecadação com ICMS devido a integração. Energia nuclear terá mudanças na contratação a partir de 2013
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

O presidente Luis Inácio Lula da Silva sancionou a lei 12.111, que estabelece as regras para a conexão dos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional. Entre as novidades estabelecidas está a compra de energia pelas distribuidoras desse sistema nos leilões do mercado cativo, como já ocorreu no último leilão A-3. Uma das medidas que desagradou, principalmente, os consumidores foi a prorrogação da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis.

A CCC volta a remunerar na compra dos combustíveis para as térmicas do sistema os gastos com encargos e impostos. As empresas serão remuneradas pela diferença entre o custo de geração e o valor médio do mesmo montante de

energia no mercado cativo. Com a integração ao SIN, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços dos estados deve cair. Para compensar isso, foi instituído um aumento de 1% para 1,3% da receita operacional líquida a alíquota de Pesquisa e Desenvolvimento. Esse 0,3 ponto percentual a mais será desviado para os estados prejudicados pelo prazo de dois anos.

Essa nova receita compensatória deverá ser usada em programas de universalização; financiamento de projetos socioambientais; projetos de eficiência e pesquisa energética; e até no pagamento da fatura de energia elétrica de órgãos municipais e estaduais. Além disso, os consumidores de baixa renda vão ficar isentos da CCC.

Energia nuclear - O governo aproveitou a nova lei para fazer mudanças também na forma de contratação da energia nuclear das usinas de Angra 1 e Angra 2. A partir de 2013, as distribuidoras vão ratear o custo de geração de energia da Eletronuclear diretamente. Atualmente, a energia é repassada através de Furnas. Além disso, a energia poderá ser comercializada na modalidade de reserva. As tarifas serão definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Foi aberta a possibilidade ainda para que os empreendimentos outorgados, que comercializarem energia nos leilões de energia, poderão ter a concessão prorrogada pelo mesmo período do contrato de energia. Houve ainda a regulamentação das interligações internacionais. A Aneel será responsável por definir as tarifas para essas conexões. E essas concessões de transmissão poderão ser licitadas. A Aneel estabelecerá ainda as normas para descentralização das ações de fiscalização para as agências reguladoras estaduais.

Negociações para acordo climático continuam em Copenhague (*CanalEnergia*) 10/12/09

Para secretário executivo da ONU, principal é se chegar a um consenso sobre a questão do financiamento das medidas para combater o aquecimento global
Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

As negociações para se chegar a um acordo sobre as mudanças climáticas estão chegando na reta final em Copenhague. Os negociantes tem apenas poucos dias para chegar a uma conclusão, já que na semana que vem será a vez dos chefes de estado participarem da cúpula.

Segundo o secretário executivo das Organizações das Nações Unidas, Yvo de Boer, o principal é se chegar a um consenso sobre a questão do financiamento das medidas para combater o aquecimento global, tanto no curto prazo, quanto no longo prazo. "Eu espero que possa ser decidido nesta conferência que mecanismos de financiamento poderão ser colocados em prática e como esse recursos serão utilizados", afirmou.

Na última quarta-feira, 9 de dezembro, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, destacou que o resultado da convenção de Copenhague terá repercussões para o futuro da humanidade e do planeta. "Nós percorremos um longo caminho nesses dias, mas o que iremos decidir nas próximas semanas vai determinar nosso futuro" disse.

Lula sanciona lei que cria Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (*CanalEnergia*) 10/12/09

Fundo terá orçamento de R\$ 800 milhões a R\$ 1 bilhão por ano, proveniente de 10% do lucro do petróleo, segundo MMA
Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou na última quarta-feira, 9 de dezembro, a lei que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. A lei 12.014 foi publicada no Diário Oficial da União de hoje (11). O fundo é o primeiro no mundo a utilizar recursos do lucro da atividade petrolífera para ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. De acordo com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, o fundo terá orçamento de R\$ 800 milhões a R\$ 1 bilhão por ano, proveniente de 10% do lucro do petróleo.

Segundo Minc, o lucro será aplicado em pesquisas e ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. "O recurso vai ajudar regiões vulneráveis às mudanças climáticas, como o Nordeste, que vai ter pouca água e poderá perder um terço da sua economia até o final do século, e as regiões litorâneas, que poderá sofrer alagamentos", disse o ministro.

Para Minc, a aprovação do fundo deixa o Brasil em uma posição de cobrar dos países desenvolvidos que assumam, na Conferência do Clima, em Copenhague, compromissos mais expressivos de redução de emissão de gases do efeito estufa. "Essas ações só reforçam a posição brasileira de dar o exemplo e de poder exigir dos países ricos muito mais do que eles estão se propondo a fazer", salientou. Ele disse ainda que o fundo será importantíssimo para que o Brasil atinja suas metas de reduzir em até 39% as emissões de gases até 2020.

Leilão A-5 deverá ocorrer no primeiro semestre de 2010, diz EPE (CanalEnergia) 10/12/09

Governo preferiu aguardar a concessão de licenças ambientais de hidrelétricas para realizar o certame
Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim, afirmou nesta quinta-feira, 10 de novembro, que o leilão A-5 deverá acontecer no primeiro semestre de 2010. Segundo ele, o governo preferiu aguardar a concessão de licenças ambientais para incluir na licitação algumas hidrelétricas, além das usinas térmicas que já estava previstas. O leilão A-5 deste ano, que estava previsto para 21 de dezembro, foi cancelado ontem (9) pelo Ministério de Minas e Energia.

"O ano de 2009 terá crescimento negativo no consumo de energia, por causa da crise. A queda será de 0,5%, o que nos dá uma folga", explicou Tolmasquim. A perspectiva do governo é que as usinas hidrelétricas de Teles Pires (MT), Santo Antônio do Jari (AP/PA) e Garibaldi (SC) entrem no leilão. Segundo ele, o ideal é sempre contar com usinas hídricas nos leilões mistos, mas nem sempre é possível fazer isso, em função do tempo para a liberação de licenças ambientais. As informações são da Agência Brasil.

Tucuruí opera com 33,93% da capacidade armazenada (CanalEnergia) 10/12/09

Armazenamento do Norte atinge 51,6% do volume, segundo dados do ONS
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A hidrelétrica de Tucuruí opera com 33,93% da capacidade armazenada, segundo o boletim Informativo Preliminar de Dados da Operação, do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes à última quarta-feira, 9 de dezembro. Os reservatórios do Norte atingem 51,6% do volume e registram alta de 0,2%. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Nordeste - Os reservatórios registram 61,5% do volume, com alta de 0,2%. O índice está 39,9% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 62,72% da capacidade.

Submercado Norte - O nível dos reservatórios chega a 51,6% do volume acumulado, registrando alta de 0,2%. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 33,93% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 70,9% do volume, com alta de 0,4%. O índice está 48% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Corumbá III e Corumbá IV operam com 86,71% e 19,60%, respectivamente.

Submercado Sul - Os reservatórios registram 96,9% do volume acumulado, com baixa de 0,5%. O índice está 77,7% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Passo Real trabalha com 91,61% da capacidade de armazenamento.

Cemig reduz projeção de Ebtida anual para R\$ 4,1 bilhões (CanalEnergia) 10/12/09

Queda nos resultados se deve a menor participação na Terna, revisão tarifária e aumento de despesas da companhia
Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Cemig revisou para baixo suas projeções financeiras para esse ano. Em maio, a companhia havia divulgado que deveria fechar 2009 com um Ebtida consolidado entre R\$ 4,5 bilhões e R\$ 5,1 bilhões. Nesta quinta-feira, 10 de dezembro, a companhia anunciou que o Lajida ficará entre R\$ 3,9 bilhões e R\$ 4,1 bilhões.

De acordo com o diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da Cemig, Luiz Fernando Rolla, o resultado foi impactado devido a algumas premissas que não se cumpriram, dentre elas encontra-se a compra da Terna. Segundo ele, a Cemig tinha a intenção de ficar com 100% da transmissora, mas acabou com uma participação de 49% - ficando o restante com o Fundo de Investimentos em Participações Coliseu. "Isso impactou nossos resultados em cerca de R\$ 60 milhões", afirmou Rolla.

Além da Terna, outro fator que impactou os resultados foi a revisão tarifária definitiva, homologada em abril de 2009. "Também tivemos nossa receita de transmissão reduzida em cerca de R\$ 40 milhões", explicou o diretor. Outros pontos que influenciaram a queda dizem respeito ao aumento das despesas com Pessoal, Materiais, Serviços e Outros (PMSO), que aumentaram em R\$ 200 milhões; e ao Programa de Demissão Voluntária, que atrasou e, por isso, gerou um custo adicional de R\$ 100 milhões. "Tivemos um ano atípico na distribuição, principalmente devido ao excesso de chuvas e gastos em eficiência operacional com retorno mais lento", comentou, durante teleconferência com analistas e investidores.

Eletronuclear elogia campanha de Alagoas por novas nucleares (*CanalEnergia*) 10/12/09

Estatual está selecionando locais na região Nordeste para o site de duas usinas. Lista final deve ficar pronta em 2010
Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

O estado de Alagoas deixou uma boa impressão sobre a vontade de sediar o site da região Nordeste, que vai abrigar duas das quatro novas usinas nucleares previstas para entrarem em operação no país até 2030. O assessor da presidência da Eletronuclear, Leonam Guimarães, destacou que o governador do estado, Teotônio Vilela, é um dos incentivadores da energia nuclear, tendo visitado instalações na Alemanha e Angra dos Reis, onde estão as atuais usinas nacionais.

"Agora, na posição de governador de Alagoas, ele sai na frente, brigando pelas usinas em seu estado", disse Guimarães, após participar do workshop "Presente e o Futuro da Energia Nuclear no Brasil" promovido pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ nesta quarta-feira, 10 de dezembro, no Rio de Janeiro. No início da semana, o governo de Alagoas realizou, em parceria com a Eletronuclear, um seminário em Maceió para discutir a energia nuclear e a instalação desse tipo de usina no estado.

Guimarães contou que o governador foi muito incisivo na defesa de seu estado. "Ele usa muito o argumento de que Alagoas é um dos estados mais pobres da União. Um empreendimento desse porte lá no estado provocaria uma revolução socioeconômica na região", observou o executivo. No estado, ele ressalta que outros estados disputam a instalação das novas usinas.

"Certamente, teremos locais em Alagoas, mas teremos locais em Pernambuco, Sergipe e Bahia". Além disso, ele lembra que a escolha final é uma decisão política, que depende de aprovação do presidente e do Congresso Nacional.

O presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares, Antonio Muller, avaliou o interesse alagoano como "muito positivo". "Todos os estados estão na mesma situação, mas um estado que me impressionou foi Alagoas pela agressividade positiva para com as usinas nucleares", avaliou. O executivo contou ainda que no discurso do estado está o fato de Alagoas estar bem abaixo da linha da pobreza.

Além disso, Muller destacou que o estado possui necessidade de mais energia. "O que está acontecendo é que várias indústrias querem estar no estado, mas não tem energia suficiente. Por isso, é que eles estão apoiando as usinas", disse.

A previsão da Eletronuclear, de acordo com Leonam Guimarães, é definir 20 possíveis locais para instalação de usinas nucleares no Nordeste até o fim do ano, reduzindo para cinco até o final de 2010. Entretanto, ele admite que é possível acelerar o prazo. "Se o decisor político quiser se envolver nessas discussões nós podemos tentar acelerar esses estudos", ponderou o assessor da estatal.

Abdib sugere à Aneel criação de centro de estudos para transmissão (*CanalEnergia*) 10/12/09

Proposta foi apresentada ao diretor da agência Edvaldo Alves de Santana, que a considerou oportuna
Da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

A Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base sugeriu a criação de um centro de excelência em estudos para o aprimoramento de mão-de-obra para do setor de transmissão em parceria com a Agência Nacional de Energia Elétrica. A proposta foi apresentada na última semana, em reunião entre empresários do Comitê de Transmissão de Energia Elétrica da Abdib com o diretor da Aneel, Edvaldo Alves de Santana, em São Paulo (SP).

Na ocasião, Santana afirmou que há espaço para qualificação e aprimoramento no setor elétrico. Ele disse ainda que é prioridade da agência ampliar os programas de capacitação profissional, inclusive para o segmento de transmissão. "A criação de um centro de excelência é essencial à capacitação dos profissionais do setor e, com este propósito, a parceria da Agência com as transmissoras é oportuna", disse o diretor da Aneel.

DME Energética realiza leilão de venda de energia neste mês (*CanalEnergia*) 10/12/09

Certame, no qual será disponibilizado um produto com trinta lotes, acontece no próximo dia 17 de dezembro Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A DME Energética realiza no próximo dia 17 de dezembro leilão de venda de energia no ambiente de contratação livre. No certame, será disponibilizado um produto com trinta lotes. De acordo com o edital, o período de suprimento de 1º de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010. Os compradores poderão escolher entre os submercados Sul ou Sudeste/ Centro-Oeste como ponto de entrega.

A quantidade a ser contratada pelo vencedor será definida pela companhia antes do início do leilão. O termo de adesão deverá ser enviado até às 11:30 horas do próximo dia 16 para o e-mail acperico@dmee.com.br ou jchaves@dmee.com.br. O certame acontece a partir das 15 horas e o resultado será divulgado até às 20 horas. Para ter acesso ao edital, clique aqui. Cada lote terá um valor específico em MW médio por mês, que pode ser conferido abaixo.

Meses: Dez/09 - 0,743; Jan/10 - 0,974; Fev/10 - 0,958; Mar/10 - 0,959; Abr/10 - 0,971; Mai/10 - 1,002; Jun/10 - 1,111; Jul/10 - 1,000; Ago/10 - 1,000; Set/10 - 1,000; Out/10 - 1,000; Nov/10 - 1,000 e Dez/10 - 1,000.

Ação do MPF não vai prejudicar cronograma de Angra 3, avalia Cnen (*CanalEnergia*) 10/12/09

Comissão ainda não foi notificada sobre pedido de suspensão de licença parcial para obras da usina nuclear Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) acredita que a ação do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro pedindo a suspensão da licença parcial da usina nuclear de Angra 3 (1.350 MW) não atrasará o cronograma das obras previstas para serem concluídas em 2014. O presidente da comissão, Odair Dias Gonçalves, afirmou que a Cnen ainda não foi notificada oficialmente do recurso do MP. No entanto, Gonçalves ressaltou que a ação não trará problemas para o órgão e para as obras.

"Isso é um direito do Ministério Público. Mas nós fizemos tudo de acordo com as normas e uma resposta mais detalhada só quando recebermos oficialmente a manifestação da justiça para que nos pronunciemos", disse o executivo.

Gonçalves explicou que a Cnen possui apreciação da Procuradoria da Advocacia Geral da União em seus processos. "Estamos tranquilos. Todos os nossos atos são garantidos pela procuradoria jurídica da União", disse Gonçalves nesta quinta-feira, 10 de dezembro, no workshop "O presente e o Futuro da Energia Nuclear no Brasil", organizado pelo Gesel/UFRJ.

O presidente da Cnen lembrou que em Angra 2 foi dada uma licença geral que precisou ser revista. "Angra 3 nós achamos por bem fazer a licença parcial porque só damos a continuidade da licença se aquela etapa for cumprida satisfatoriamente. É uma questão de metodologia que é garantida pelas nossas normas", avaliou.

Celesc PNB registra alta de 3,09% (*CanalEnergia*) 10/12/09

MPX Energia ON registra queda de 1,88%. IEE alcança os 24.729 pontos, com alta de 1,11% Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Celesc PNB opera em alta de 3,09% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta quinta-feira, 10 de dezembro. O setor elétrico registra outros resultados positivos com a Eletrobrás PNB (2,31%) acompanhada pela Light ON (1,84%). A MPX Energia ON registra queda de 1,88%, acompanhada pela Coelce PNA (-0,34%). O Índice de Energia Elétrica alcançou os 24.729 pontos, com alta de 1,11% assim como o Ibovespa, que chegou aos 68.776 pontos com alta de 1,12%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 1,48%
AES Tietê PN: 0,52%
Celesc PNB: 3,09%
Cemig PN: 1,17%
Cesp PNB: 0,66%
Coelce PNA: -0,34%
Copel PNB: 0,13%
CPFL Energia ON: 0,38%
Eletrobrás PNB: 2,31%
Energias do Brasil ON: 1,14%
Equatorial ON: 1,20%
Light ON: 1,84%
MPX Energia ON: -1,88%
Tractebel ON: 0,91%
Terna Part UNT: 0,48%
Transmissão Paulista PN: 1,43%

Cteep recebe projetos de P&D até 18 de dezembro (*CanalEnergia*) 10/12/09

Após seleção de propostas para 2010, empresa fará seleção interna. Companhia possui mais de R\$ 20 milhões para aportes na área

Da Agência CanalEnergia, PeD e Tecnologia

A Cteep abriu período de inscrições de projetos de pesquisa e desenvolvimento para 2010. Até o dia 18 de dezembro, os interessados podem enviar as propostas que vão compor o próximo ciclo. Os temas abrangem as áreas de manutenção, operações, engenharia e responsabilidade social para o setor de transmissão. As propostas ainda serão submetidas ao processo interno de seleção.

De acordo com a companhia, o aporte disponível para os próximos ciclos soma mais de R\$ 20 milhões. Desde 2001, a empresa investiu mais de R\$ 23 milhões na área de P&D e registrou quatro patentes. [Clique aqui para mais informações sobre o programa.](#)

CEEE - A CEEE (RS) também disponibilizou em seu site o edital de licitação para o programa de pesquisa e desenvolvimento da empresa, referente a 2009. O prazo para o recebimento das propostas termina no próximo dia 18 de janeiro, às 18 horas.

Chesf poderá ter que pagar R\$ 1 bilhão para construtoras da hidrelétrica de Xingó (*CanalEnergia*) 10/12/09

Recurso poderá ser julgado na próxima terça-feira, 15 de dezembro, pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça

Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça poderá começar a julgar na próxima terça-feira, 15 de dezembro, o recurso especial interposto pela União e pela Chesf contra acórdão da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJ/PE), que possibilita o pagamento de mais de R\$ 1 bilhão a empresas que construíram a hidrelétrica de Xingó, situada entre os estados de Alagoas e Sergipe.

A Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO) e Mendes Júnior Engenharia requereram o pagamento de valores referentes a um aditivo, feito em 11 de abril de 1988, do contrato firmado para a construção da hidrelétrica. As empresas alegaram que o processo de licitação foi atingido pelo Plano Cruzado. O reajuste do aditivo foi baseado na fórmula de nominada Fator K, não prevista no edital de licitação, o que acarretou aumento substancial no valor da obra. As

empresas querem indenização referente ao período de julho de 1990 ao fim da presente ação. Os valores superam, hoje, a cifra de R\$ 1 bilhão, segundo cálculos das empresas. A Chesf questiona a adoção do Fator K, considerando legal pelo TJ/PE. A União foi aceita no processo como assistente.

Em 2006, o subprocurador-geral da República Antonio Fonseca enviou ao STJ parecer no qual pede que a Segunda Turma anule a decisão do TJ/PE e determine a remessa dos autos para a Justiça Federal do Recife, pois, de acordo com a Constituição, compete à Justiça Federal processar e julgar os feitos em que a União figure como assistente. Se essa medida não for aceita, Fonseca quer que o TJ/PE se manifeste sobre a legalidade ou ilegalidade da alteração do critério de reajuste feito sem comprovação do desequilíbrio contratual.

De acordo com o subprocurador, incluir, em aditivo, cláusula de reajuste de preços não prevista no edital de licitação e no contrato original, com aumento substancial do valor da obra, "viola os princípios que regem a licitação, como legalidade, supremacia do interesse público, vinculação ao edital, moralidade e isonomia".

União Energia e Bioenergy realizam leilão para venda de energia eólica no mercado livre (CanalEnergia) 10/12/09

Certame terá dois produtos, um com 60,85 MW médios e outro com 36,87 MW médios, com entregas entre 2012 e 2032
Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A União Energia e a Bioenergy realizam na próxima sexta-feira, 11 de dezembro, leilão de venda de energia eólica incentivada destinada ao mercado livre. O certame terá dois produtos, um com 60,85 MW médios e outro com 36,87 MW médios. As duas ofertas têm período de fornecimento entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2032. Os interessados devem enviar o termo de adesão até as 18 horas de hoje (10). O resultado será divulgado até as 14 horas no dia do certame, que acontece das 10 horas às 12 horas.

O certame tem como objetivo a venda de energia eólica incentivada, com 50% de desconto na Tusd, nos submercados Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, junto a agentes de mercado no ambiente de contratação livre. Segundo o edital, o ponto de entrega tem o centro de gravidade dos mercados Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, na proporção de 80% e 20% da energia eólica. Clique aqui para ver o edital a documentação do leilão.

O presidente da União Energia, Francisco de Lavor, destacou que o Brasil possui um grande potencial de energia eólica a ser explorada, sobretudo para clientes A4. "No momento em que estamos falando de energia limpa e renovável, nós temos a confiança que existe um espaço para a alocação de energia para o mercado livre", analisou, em entrevista à Agência CanalEnergia.

"Queremos demonstrar que existe um potencial de oferta significativa em termos de energia eólica e que é possível construir o mercado à base de eólica que hoje é muito insignificante na matriz.", avaliou Lavor.

Motores trifásicos produzidos no Brasil serão de alto rendimento (CanalEnergia) 10/12/09

Produção exclusiva de equipamentos eficientes deve trazer economia de energia de 1,58 TWh/ano, avaliada em cerca de US\$ 47,4 milhões/ano

Da Agência CanalEnergia, PeD e Tecnologia

Desde a última quinta-feira, 9 de dezembro, todos os motores elétricos de indução trifásicos produzidos no Brasil são de alto rendimento. A medida afeta entre 70% e 80% do universo de motores no país, cuja produção anual gira em torno de 1,1 milhão de unidades. Segundo a Eletrobrás, com a fabricação exclusiva de motores de alta eficiência, estima-se que a economia de energia seja da ordem de 1,58 TWh/ano, avaliada em cerca de US\$ 47,4 milhões/ano.

Estados Unidos, Canadá, México, Austrália, Nova Zelândia e Coreia também são alguns dos países que só produzem motores de alto rendimento. A regulamentação teve início com a Lei nº 10.295, de 2001, que estabelece níveis máximos de consumo específico de energia ou níveis mínimos de eficiência energética de equipamentos. O Comitê Técnico de Motores, coordenado pela Eletrobrás, foi responsável pelo desenvolvimento da Regulamentação Específica de Motores, aprovada pelo Comitê Gestor de Indicadores de Eficiência Energética, sob coordenação do Ministério de Minas e Energia.

Em 2002, foram estabelecidos os valores obrigatórios de eficiência nominal mínima em duas categorias: motores padrão e de alta eficiência. Em dezembro de 2005, foi estabelecido o Programa de Metas, que definiu um prazo de quatro anos para que apenas motores de alta eficiência fossem produzidos no país, concedendo mais seis meses para a comercialização do estoque.

PUCRS lança tecnologia de fabricação de módulos fotovoltaicos (CanalEnergia) 10/12/09

Projeto obteve cerca de R\$ 6 milhões entre recursos públicos e privados. Lançamento acontece no próximo dia 17 de dezembro

Da Agência CanalEnergia, PeD e Tecnologia

A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, através do seu Núcleo Tecnológico de Energia Solar da Faculdade de Física lançará, no próximo dia 17 de dezembro, tecnologia de fabricação de módulos fotovoltaicos. Denominado "Planta Piloto para Fabricação de Módulos Fotovoltaicos com Tecnologia Nacional", o projeto obteve cerca de R\$ 6 milhões entre recursos públicos e privados.

O objetivo do projeto, segundo a universidade, foi transferir a tecnologia desenvolvida pelos professores do NT-Solar de células solares de baixo custo para uma linha de produção em escala. Os estudos começaram a ser realizados em 2005 e contaram com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Ciência e Tecnologia, da CEEE, Eletrosul e Petrobras.

No dia do evento, segundo a PUCRS, serão entregues às empresas parceiras os 200 módulos fabricados conforme o projeto. Será inaugurado também o laboratório 96H no Parque, onde está o segundo simulador solar para certificar módulos fotovoltaicos segundo as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização, e Qualidade Industrial (Inmetro). Ainda de acordo com a PUCRS, os módulos são formados por várias células solares industriais, desenvolvidas e fabricadas no Núcleo que, além da planta piloto, abriga também diversos projetos que visam a redução dos custos e aumento da eficiência destes equipamentos.

SINDICAL

PIB do 3º trimestre (CUT Nacional) 10/12/09

Escrito por CUT Nacional

Mercado interno segurou a onda, e os trabalhadores organizados ajudaram

Ao que tudo indica, o Brasil terá crescimento econômico em 2009. Entre as razões que explicam tal resultado, a CUT quer destacar algumas:

- a resistência exercida pela CUT contra as pretensões conservadoras de reduzir salários e suspender contratos, esboçadas pela Fiesp no início deste ano;
- salário mínimo mais fortalecido, embora muito abaixo do Salário Mínimo Necessário preconizado pelo Dieese. A cada R\$ 50 a mais no salário mínimo, são injetados na economia R\$ 28 bilhões, o que significa mais consumo e fortalecimento do mercado interno. O salário mínimo mais fortalecido é obra do movimento sindical, que pressionou o governo Lula desde o primeiro mandato, a despeito do conservadorismo da equipe econômica;
- redução da tabela do imposto de renda, outra reivindicação do movimento sindical;
- campanhas salariais aguerridas, comandadas pelos sindicatos, que resultaram, no primeiro semestre, em 93% de acordos coletivos que igualaram ou superaram a inflação;
- o fato de os conservadores, avatares do Estado mínimo, terem sido desmascarados.

Artur Henrique, presidente nacional da CUT

OIT lança Estudo sobre Sustentabilidade e Empregos Verdes no Brasil (CUT Nacional) 10/12/09

Escrito por CUT Nacional

CUT destaca a importância destes empregos, mas ressalta que é preciso combater a precarização neste segmento

A Organização Internacional do Trabalho - OIT em evento conjunto com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, lançou hoje o Estudo sobre Sustentabilidade e Empregos Verdes no Brasil.

Sob o título Empregos Verdes: Rumo ao Trabalho Decente em um mundo sustentável e com baixas emissões de carbono, o estudo que até então só tinha versões em inglês e espanhol ganhou matizes (e tradução) verde e amarela.

O evento contou com a presença dos Conselheiros e Conselheiras do CDES, além de convidados. Laís Abramo, diretora do escritório da OIT no Brasil abriu a atividade com um breve relato dos empregos verdes e a importância que o tema vem ganhando nacional e internacionalmente.

Em seguida Paulo Muçouçah Coordenador de Projetos da OIT apresentou o estudo contextualizando com perguntas tais como, onde estão quantos são e como evoluirão nos próximos anos esses empregos.

Muçouçah, também apresentou os caminhos percorridos para se chegar aos indicadores que viabilizaram esse estudo.

Após analisar as 675 classes de atividades econômicas da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) 2.0, e com base na desagregação da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) de 2006 a 2008, a análise resultou em 76 classes de atividades econômicas que foram reagrupadas em seis categorias, são elas:

1. Produção e Manejo Florestal;
2. Geração e distribuição de energias renováveis;
3. Saneamento, gestão de resíduos e de riscos ambientais;
4. Manutenção, reparação e recuperação de produtos materiais;
5. Transportes coletivos e alternativos ao rodoviário e aeroviário;
6. Telecomunicações e tele-atendimento;

Já as atividades econômicas, foram classificadas em quatro grandes eixos:

1. Extração mineral e indústrias de base;
2. Construção, comercialização, manutenção e uso de edifícios;
3. Agricultura, pecuária, caça, pesca e aquicultura;
4. Turismo e hotelaria.

Após a apresentação do estudo, o assessor especial do Ministro Carlos Minc Luiz Antonio Correia de Carvalho, falou sobre as metas brasileiras anunciadas pelo presidente Lula reforçando um entendimento da necessidade de redução de emissões.

Carvalho também resgatou importantes temas que são a ordem do dia no Ministério, a redução do desmatamento, o zoneamento agroecológico da cana, a recuperação de áreas degradadas, dentre outros. Também destacou o programa Minha Casa Minha Vida, onde 10 mil casas foram construídas com energia solar, "custa muito mais caro desenvolver uma economia baseada no trabalho indecente", conclui.

O presidente da CUT Artur Henrique da Silva Santos, que estava representando os trabalhadores, disse ser importante classificar o que o Brasil apresenta sobre empregos verdes, mas considera fundamental a inclusão dos trabalhadores no mercado formal.

Artur lembrou também que embora os setores de telecomunicações e tele-atendimento sejam categorias responsáveis pelo aumento dos empregos verdes, há uma enorme precarização sofrida por quem trabalha nestes segmentos e que requer urgente melhora nas condições de trabalho.

Ele demonstrou também preocupação com a transição justa para uma economia verde "como qualificar, preparar e garantir que esses trabalhadores não sejam prejudicados?" avalia.

Outro Conselheiro CUTista presente ao lançamento, o Secretário de Organização Sindical Jacy Afonso de Melo, sugeriu que a OIT tenha também o Português como língua oficial, visando maior agilidade e acesso às produções da Organização.

Jacy reafirmou a importância de associar emprego verde a trabalho decente. Ele, que também é conselheiro do FGTS lembrou que nos próximos dias o Conselho definirá qual investimento será feito com os recursos do Fundo no ano de 2010, "já que o Fundo é um dinheiro dos trabalhadores deve ser investido onde seja melhor para eles, neste caso, em trabalho decente", finaliza.

Petroleiros (CUT Nacional) 10/12/09

Escrito por Imprensa da FUP

Acordo conquistado na Petrobrás já foi aprovado em várias bases e será assinado nesta sexta-feira (11)

Iniciadas no último dia 3, as assembleias para avaliação do Acordo Coletivo de Trabalho já foram concluídas em várias regiões do país. As assembleias terminam nesta quinta-feira, 10. O acordo conquistado na campanha reivindicatória conduzida pela FUP e seus sindicatos já foi aprovado em sete das 11 bases da Federação e será assinado na sexta-feira (11). A aprovação da categoria tem sido massiva.

Além da anistia das punições aos petroleiros que participaram da greve de março, o Acordo conquistado garante avanços importantes em reivindicações históricas dos trabalhadores do Sistema Petrobrás. É o caso da dobradinha (extraturno), que garantirá as horas extras para mais dois feriados e meio; a extensão do auxílio educacional para os dependentes que estão ou virem a ingressar na universidade (uma luta que se arrasta desde 2004); licença maternidade de 180 dias (retroativa a setembro para quem já deu entrada no benefício); a formulação de um fundo garantidor para cobertura das verbas rescisórias dos trabalhadores terceirizados; retorno ao Plano Petros dos aposentados e pensionistas que reivindicam desde 1985 o cumprimento das cláusulas 33 e 45 dos ACTs de 1985 e 1986, respectivamente; fim da redução do complemento mensal dos readaptados.

O Acordo conquistado também garante ganho real entre 2,5 e 3,31% sobre o IPCA do período (acima da média obtida pelas demais categorias); um salário integral de abono; implantação do Plano Petros-2 na Transpetro; BPO para os participantes do Plano Petros que repactuaram; dias parados nas greves de 94, 95 e março de 2009; melhorias na AMS; fortalecimento das CIPAs e das comissões locais de SMS; reabertura do processo de repactuação do Plano Petros; avanços nas reivindicações dos anistiados (já está sendo providenciado o retorno à Petrobrás de 88 anistiados da Petroflex), entre outros pleitos sociais e econômicos (veja a íntegra das conquistas).

Confira o quadro com o resultado atualizado das assembleias:

Pernambuco/Paraíba - as assembleias foram concluídas no dia 04 e o acordo conquistado obteve 90% dos votos: 86 a favor e 09 contrários.

Espírito Santo - assembleias concluídas na segunda-feira (7), com 267 votos favoráveis ao acordo; 88, contrários e 32 abstenções.

Duque de Caxias - assembleias concluídas nesta quarta (9). O Acordo foi aprovado por 469 votos. Houve 100 votos contrários e 09 abstenções.

Amazonas - as assembleias terminaram na terça-feira, 08. Foram 251 votos a favor da proposta; 09, contrários e 01 abstenção.

Norte Fluminense - as assembleias foram concluídas nesta quarta-feira, 09. O Acordo foi aprovado por 1.163 votos. Houve 503 votos contrários e 42 abstenções.

Rio Grande do Norte - as assembleias foram concluídas nesta quarta-feira, 09. O Acordo foi aprovado por mais de 78% dos votos: 343 favoráveis; 75, contrários e 18 abstenções.

Ceará - as assembleias foram encerradas na terça-feira, 08. O Acordo foi aprovado por mais de 70% dos votos.

Minas Gerais - na Regap ainda falta a assembleia com o Grupo 4, que será realizada nesta quinta (10). O resultado parcial é de 373 a favor da contraproposta, 41 contrários e 05 abstenções.

Unificado São Paulo - os trabalhadores das bases do estado de São Paulo (Replan, Recap, terminais e escritórios) estão aprovando o acordo conquistado com 599 votos a favor; 205 contra e 23 abstenções. As assembleias prosseguem até quinta, 10.

Bahia - as assembleias prosseguem até quinta, 10. O resultado parcial aponta 968 votos a favor da proposta; 442, contrários e 59 abstenções.

Paraná e Santa Catarina - as assembleias terminam às 18h30 desta quarta-feira, 09. O Acordo está sendo aprovado por 97% dos votos.

Saúde do trabalhador (CUT Nacional) 10/12/09

Escrito por Contraf-CUT

Seminário destaca importância do NTEP/FAP para melhoria nas condições de trabalho

Encerrou-se na tarde desta quarta-feira, 9, o Seminário sobre o Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) e o Fator Acidentário de Prevenção (FAP), promovido pela Contraf, em São Paulo, em conjunto com a CUT Nacional, a Confederação Alemã de Sindicatos (DGB) e o Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST).

Para Plínio Pavão, secretário de Saúde da Contraf-CUT, o evento cumpriu seu objetivo. "Pelos respostas das pessoas presentes, o seminário colaborou no objetivo de ajudar os dirigentes sindicais a se apropriarem destes conceitos tão importantes para a saúde do trabalhador", avalia. "São instrumentos que auxiliam na discussão da melhoria das condições os ambientes de trabalho e também no combate à subnotificação de doenças do trabalho", conclui.

Na parte da tarde, o evento contou com um debate a respeito da Instrução Normativa (IN) 31, que normatiza os procedimentos relativos à caracterização do nexo entre o adoecimento e o trabalho.

A primeira apresentação foi feita por Ederli Marialva Azevedo Leão, da Gerência Regional do INSS/SP, que explicou a posição do instituto a respeito da IN 31. Ela destacou a dificuldade imposta ao trabalho dos peritos pela falta de profissionais que gera sobrecarga de trabalho. Além disso, lembrou que o papel dos peritos é de avaliar a incapacidade ou não do segurado para o trabalho. "O perito não faz diagnósticos", afirmou.

Um ponto polêmico trazido por Ederli foi a interpretação a respeito do conceito de nexo causal. Ederli afirmou o uso do conceito de nexo técnico para caracterizar as doenças de origem ocupacional. Ela explica que nem sempre o trabalho é a causa da doença, é apenas um agravante da doença cuja causa tem múltiplos fatores. Dessa forma, o trabalho é considerado um desses fatores, justificando assim a caracterização de doença ocupacional, segundo a representante do INSS, isso é o chamado "nexo técnico" entre o adoecimento e a atividade profissional.

A pesquisadora da Fundacentro Maria Maeno, questionou essa desconstrução do conceito de nexo causal, consagrado na Justiça brasileira. Com isso, segundo ela, abre-se espaço para a contestação por parte das empresas de sua responsabilidade no adoecimento do trabalhador. "Essa mudança está na IN 31, que já foi questionada inclusive pelo Ministério Público do Trabalho", afirma.

Maeno considera que isso é fruto da interpretação dada pelo INSS para a lei previdenciária. "Está havendo uma mudança 'por dentro' no INSS, com orientações e normativos que, na minha opinião, vão sempre na direção de desconstruir direitos dos trabalhadores", afirma.

A pesquisadora da Fundacentro destacou também a importância do NTEP e lamentou os problemas de sua implantação pelo INSS. Ela questiona os casos de descaracterização do NTEP, que estão muito acima do aceitável. "Foi feita uma pesquisa extensa para a criação do nexo e os casos em que o perito avalia fugirem dessa regra deveriam ser a exceção da exceção. No entanto, os peritos descaracterizam o NTEP sem apresentar justificativa e prejudicam o trabalhador", diz. "É preciso algum tipo de controle de qualidade da perícia, principalmente quanto à questão do estabelecimento do nexo causal", defende.

Vitória (CUT Nacional) 10/12/09

Escrito por Valter Bittencourt - Imprensa CNM/CUT, com informações do MTE e Portos e Navios

CNM/CUT conquista Norma Regulamentadora para o Setor Naval

A Confederação Nacional dos Metalúrgicos, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval e Offshore (SINAVAL), integrados na Comissão Tripartite da Indústria Naval - CTNAVAL, com a colaboração da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, promoveram nesta quarta-feira (9), na sede da FIRJAN, o Seminário de apresentação dos Procedimentos desenvolvidos para a estruturação da Norma Regulamentadora de segurança e saúde no trabalho da indústria naval.

A NR do Setor Naval pode ser considerado uma espécie de Contrato Coletivo Nacional de Trabalho para o setor. "Mostramos aquilo que temos discutido durante todo este tempo. Mostramos o trabalho feito até o momento, que foi o de recolher informações e dúvidas dos trabalhadores para a comissão que vai formalizar a Norma Regulamentadora", disse o secretário de Saúde da CNM/CUT, Edson Carlos Rocha da Silva.

Segundo Edson, o próximo passo é redigir um documento com base nas informações recolhidas. "Vamos formalizar tudo para encaminhar à comissão tripartite paritária do Ministério, para que seja aberta uma consulta pública por 30 dias", afirmou.

Entenda - Normas Regulamentadoras, também conhecidas como NRs, regulamentam e fornecem orientações sobre procedimentos obrigatórios relacionados à medicina e segurança no trabalho no Brasil. Como anexos da Consolidação das Leis do Trabalho, são de observância obrigatória por todas as empresas. A criação a NR do Setor Naval foi aprovada 18 de novembro. Após a formatação, ela deve ser batizada como NR 34.

A Indústria Naval no Brasil se apresenta como uma alternativa real de criação de divisas e empregos de qualidade. Assim torna-se necessário o engajamento do governo, empregadores e trabalhadores, de forma integrada, resguardando o interesse legítimo de cada segmento, para que o resultado seja produtivo.

Nesse contexto, o tripartismo surgiu como uma estratégia ideal para decisões sobre o setor, visando à criação e cumprimento de regras, que contemplem os parceiros sociais envolvidos de forma otimizada. Dessa forma, foi criada no âmbito do MTE a Comissão Tripartite sobre Condições de Trabalho na Indústria Naval, visando à evolução das relações e condições de trabalho nessa atividade.

O objetivo do seminário foi partilhar as informações já consolidadas de procedimentos específicos para a segurança e saúde e de trabalho que serão aplicadas nos grandes estaleiros do Brasil, procurando harmonizar as formas de trabalhar para termos o que a Organização Internacional do Trabalho - OIT conceitua como "Trabalho Decente" não só em todo o Brasil, mas também nos países irmãos do Mercosul.

Nove procedimentos da NR 34 foram aprovados

As nove normas foram aprovadas pela Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), vinculada ao Ministério do Trabalho, e dizem respeito ao trabalho a quente; montagem e desmontagem de andaimes; pintura; jateamento e hidrojateamento; movimentação de cargas; instalações elétricas provisórias; trabalhos em altura; utilização de radionuclídeos e gamagrafia; e máquinas portáteis rotativas.

Além das normas, foram aprovados também dez books fotográficos para treinamento e sistematização, sendo um deles direcionado especificamente para trabalhos em espaços confinados. Segundo Marcelo Carvalho, coordenador da equipe técnica da Comissão Tripartite de Trabalho Decente, foi decidido por consenso que a NR 33, para trabalhos confinados, continuará valendo.

A aprovação da norma, no entanto, não significa que a obrigatoriedade dos nove procedimentos já está em curso. O texto básico da NR 34 será publicado em março e, em seguida, haverá uma consulta pública. Carvalho explicou, no entanto, que a consulta pública não poderá alterar o significado do texto das normas, até porque elas já estão aprovadas. A ideia é solucionar possíveis ambiguidades no texto, deixando-o mais claro e enxuto.

O coordenador da equipe técnica acredita que, em maio, será concedida a aprovação definitiva, e a NR 34 entrará em operação em todo o país.

Aeroviários e aeronautas (CUT Nacional) 10/12/09

Escrito por Fentac/CUT

Ato em Congonhas será alerta para greve

Os aeroviários e aeronautas rejeitaram, em assembleias realizadas pelos sindicatos das categorias em todo o país, a proposta do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA) de reajuste de 4,5% sobre os salários. Os trabalhadores votaram a favor do indicativo de greve nos dias 23 e 24 de dezembro e pela manutenção da proposta dos trabalhadores, que compreende 10% de aumento, novos pisos e itens sociais.

Nesta quinta-feira (10), os sindicatos realizam ato da campanha salarial no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, a partir das 9 horas, em protesto contra o baixo índice de reajuste proposto pelas companhias aéreas. A manifestação visa alertar os passageiros, advertir as empresas e mobilizar os trabalhadores para o indicativo de greve nos dias 23 e 24 de dezembro.

Também na quinta-feira (10), às 14 horas, os sindicalistas participam de audiência convocada pela procuradora Dra. Laura Martins de Andrade, no Ministério Público do Trabalho de São Paulo (Rua Cubatão, nº 322, esquina com a Rua Afonso de Freitas). A audiência, com mediação do MPT, tem como um dos objetivos evitar uma greve no setor.

A última reunião de negociação entre sindicatos de trabalhadores e a entidade patronal aconteceu no dia 2 de dezembro. Na ocasião, o SNEA, de forma unilateral, encerrou as negociações, informando que a proposta final das empresas era 4,5% de reajuste.

Na última terça-feira (8), o representante das empresas contactou os sindicatos informando que as negociações poderiam ser retomadas.

Em Porto Alegre, a assembleia foi realizada no último dia 3. Nesta quarta (9), ela ocorreu em Guarulhos, São Paulo, Rio de Janeiro, e nas subsedes do Sindicato Nacional dos Aeroviários, em várias capitais do país.

Reunião com Sindicato do Táxi Aéreo será no dia 15

Os sindicatos cutistas esperam que as empresas de Táxi Aéreo ampliem sua proposta de reajuste, em reunião agendada para o dia 15 de dezembro.

No dia 1º de dezembro, o Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo (SNETA) propôs reajuste de 1% sobre os salários e equivalente ao INPC para os pisos.

Os sindicatos cutistas rejeitaram os índices. As entidades irão convocar uma grande mobilização nacional no segmento caso as empresas mantenham uma proposta que desrespeite os trabalhadores.

Crescimento no setor versus achatamento dos salários

A Gol anunciou um lucro líquido de R\$ 77,9 milhões para o terceiro trimestre deste ano. A TAM fechou o terceiro trimestre com lucro líquido de R\$ 348 milhões. O aumento da demanda de passageiros nos voos domésticos, no comparativo dos meses de janeiro a novembro de 2008 e 2009 foi de 15,6%, segundo dados da Anac.

Para o economista do Dieese, Jardel Leal, aceitar reposição salarial de apenas 4,5% no setor aéreo seria dispensar uma oportunidade. "O país cresce e os profissionais da aviação não podem renunciar sua participação no desenvolvimento nacional", afirmou.

FETEC/CUT-SP completa 20 anos de lutas por justiça e igualdade social (CUT Nacional) 10/12/09

Escrito por FETEC/CUT-SP

No dia 9 de dezembro de 1989, nascia a primeira federação cutista do ramo bancário, a FETEC/CUT-SP, tendo como missão melhor organizar a categoria dentro de um novo paradigma, de liberdade e autonomia sindical.

De lá para cá, foram inúmeras lutas e, conseqüentemente, inúmeras dificuldades. Várias delas, transpostas, enquanto outras possibilitaram ganho de experiência, capaz de indicar novos caminhos.

Dentre as passagens, pode-se destacar a consolidação da CUT e da CNB (Confederação Nacional dos Bancários), antecessora da Contraf/CUT, a construção da Convenção Coletiva Nacional dos Bancários, a resistência contra as privatizações e as seguidas lutas por melhores condições de trabalho e contra as demissões e os ataques aos direitos trabalhistas.

Ao lado da defesa dos trabalhadores, a federação cutista sempre atuou em prol dos direitos de toda a sociedade, cobrando atuação responsável por parte dos bancos, denunciando abusos de poder e buscando a construção de estruturas mais democráticas no país, o que colaborou para o impeachment de um presidente da República

comprovadamente corrupto e, posteriormente, a eleição de um legítimo representante dos trabalhadores ao comando da Nação.

A partir dessa atuação, a FETEC SP criou um novo conceito, o de Sindicato Cidadão, levando os sindicatos filiados a extrapolarem a atuação sindical, para também atuarem por melhorias regionais e mais qualidade de vida aos trabalhadores dentro de suas comunidades.

Foi com essa bagagem que, em março de 2004, a FETEC SP obteve, após inúmeras batalhas jurídicas, seu reconhecimento como entidade representativa dos bancários cutistas do Estado de SP, favorecendo, assim, a organização de novas lutas, a exemplo da organização do ramo e da construção da Campanha Nacional da categoria, cuja unidade entre bancários de bancos públicos e privados tem favorecido melhorias salariais e inclusão de novas conquistas ao conjunto da categoria.

Para o presidente da FETEC SP eleito no 8º Congresso da entidade, Luiz César de Freitas, o Alemão, foi justamente essa atuação da federação cutista o que possibilitou a integração e valorização dos sindicatos filiados e, conseqüentemente, o fortalecimento da unidade dos bancários no Estado de São Paulo em todas as lutas enfrentadas. "São 20 anos de firme atuação dentro dos princípios cutistas de defesa do emprego, salário e melhores condições de vida e de trabalho para todos os brasileiros".

Alemão, que ingressou no movimento sindical em 1986 como integrante da chapa que trouxe o Sindicato dos Bancários de Catanduva e Região para o campo cutista, acredita que essa luta continuará se aperfeiçoando nos próximos anos. "Já avançamos bastante e ainda temos muito a avançar. Desta feita, não podemos permitir nenhum tipo de retrocesso, seja na categoria, seja na sociedade. Nós, trabalhadores, sabemos o que é melhor para nós e para o Brasil, por isso atuaremos por novos avanços em nosso projeto social", sintetiza o novo presidente da FETEC SP.

Comissão da Câmara aprova punição para quem discriminar mulher no trabalho (CUT Nacional) 10/12/09

Escrito por Agência Câmara

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou nesta quarta-feira (9) o Projeto de Lei 4857/09, do deputado Valtenir Pereira (PSB-MT), que prevê detenção de seis meses a três anos e multa para os casos de discriminação contra a mulher no trabalho. Se houver violência, a pena será aumentada em 2/3.

Segundo a proposta, será crime qualquer constrangimento, restrição ou humilhação contra a mulher, seja sujeitando-a a condições degradantes de trabalho perante os demais colegas ou inibindo, em clara discriminação de gênero, seu acesso e participação em igualdade de condições.

O projeto também estipula, entre outras medidas, que os poderes da União, dos estados e dos municípios deverão informar anualmente à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres as estatísticas sobre a participação das mulheres nos cargos de presidência, de direção ou de representação, para fins de controle e visibilidade social.

Substitutivo da relatora

A comissão aprovou o projeto na forma de substitutivo da relatora, deputada Thelma de Oliveira (PSDB-MT). O substitutivo modificou a redação original do projeto para evitar duplicidade com dispositivos já previstos na Lei Maria da Penha.

O texto da relatora também inclui autorização para que o Ministério Público e as associações consideradas de interesse público atuem em defesa dos direitos da mulher no trabalho.

Para Thelma de Oliveira, o projeto vai valorizar o esforço feminino em ocupar um lugar no mercado de trabalho. Ela lembra que, atualmente, a diferença de salários entre homens e mulheres que ocupam os mesmos cargos chega a 60% em algumas empresas.

"O projeto visa corrigir essa disparidade, essa discriminação que, muitas vezes, não é tão evidente. Certamente isso vai fazer com que as mulheres, que hoje são mais escolarizadas e que mais se dedicam a se capacitar profissionalmente, tenham uma remuneração justa", disse.

Tramitação

O projeto agora será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Em seguida, deverá ser votado pelo Plenário.

Sindieletro-MG: assembleias do Prosaúde começam na segunda-feira (14) (CUT Nacional) 10/12/09

Escrito por Sindieletro-MG

Durante a reunião de negociação sobre o futuro do Prosaúde Integrado, realizada na quarta-feira, dia 9, na Sede da Cemig, as entidades que representam os participantes do plano de saúde enfatizaram a necessidade de um tempo maior para avaliação da proposta. A data proposta pela Cemig para o fechamento do acordo do PSI (10/12) foi descartada pelas entidades para garantir a participação dos trabalhadores da ativa e aposentados no debate.

A empresa ficou de apresentar, na sexta-feira, dia 11, um adendo à sua proposta inicial, contemplando o debate feito na quarta-feira. Logo em seguida, as entidades farão análise detalhada da nova proposta e definirão um encaminhamento para votação. De 14 a 18 de dezembro, serão realizadas assembleias em todo o Estado para que os trabalhadores da ativa e aposentados conheçam e avaliem a proposta da empresa.

Durante quase sete horas de reunião, as entidades sindicais e a Associação dos Eletricitários Aposentados (AEA) debateram questões relacionadas à gestão do plano, como as atribuições do Conselho deliberativo, enquanto instância máxima do plano, e o papel da diretoria da nova operadora do PSI. Foi enfatizada a importância da paridade e do fim do voto de minerva na tomada de decisões.

Além da gestão, também foram discutidas questões relacionadas ao custeio do Prosaúde como a contribuição maior da patrocinadora para cobrir o déficit do plano. O futuro do Plano Odontológico foi analisado durante a reunião.

Nos próximos dias, será divulgado o calendário com data e local das assembleias.

SITES PESQUISADOS	
	
	
	
	
	
	
	

O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:
imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
 Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise
www.sinergiaspcut.org.br
 Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

